



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

ROSIANE VIEIRA SANTOS

**NAVEGAR ERA PRECISO... DOCUMENTAR MUITO MAIS: DA MARINHA
PORTUGUESA À MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA – HISTÓRIA,
MEMÓRIA, ARQUIVOS E DOCUMENTOS**

MONOGRAFIA

SALVADOR

2022

ROSIANE VIEIRA SANTOS

**NAVEGAR ERA PRECISO... DOCUMENTAR MUITO MAIS: DA MARINHA
PORTUGUESA À MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA – HISTÓRIA,
MEMÓRIA, ARQUIVOS E DOCUMENTOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Arquivologia, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

SALVADOR

2022

UFBA – Instituto de Ciência da Informação Biblioteca

S237

Santos, Rosiane Vieira

Navegar era preciso... documentar muito mais: da Marinha portuguesa à Marinha Imperial brasileira – História, memória, arquivos e documentos. / Rosiane Vieira Santos. - Salvador, 2022.

62fls.

Orientadora: Prof^a Dra. Alzira Queiroz Gondim Tude de Sá

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Arquivologia – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador. 2022.

1. Arquivo da Marinha do Brasil 2. Arquivo da Marinha - produção documental
3. Arquivo da Marinha – história 4. Arquivistas da Marinha I. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação II. Título

CDU: 930.25: 359

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSIANE VIEIRA SANTOS

**Navegar era preciso... Documentar muito mais: da Marinha Portuguesa à
Marinha Imperial Brasileira - História, Memória, Arquivos e Documentos**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) submetido à aprovação da Comissão Examinadora como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, em 06 de julho de 2022.

EXAMINADORES:

Alzira Queiroz Gondim Tude de Sá
Doutora em Ciência da Informação (UFBA)
Professora do ICI/UFBA

Gillian Leandro de Queiroga Lima
Doutor em Difusão do Conhecimento - DMMDC/UFBA
Professor do ICI/UFBA

Nídia Maria Lienert Lubisco
Doutora em Documentação (Universidad Carlos III de Madrid)
Professora da ICI/UFBA



Emitido em 31/07/2022

TERMO DE AVALIAÇÃO Nº 34/2022 - ICI (12.01.31)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 01/08/2022 08:26)

ALZIRA QUEIROZ GONDIM TUDE DE SA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DFPI/ICI (12.01.31.09)

Matrícula: 2207203

(Assinado eletronicamente em 10/08/2022 13:44)

GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DFPI/ICI (12.01.31.09)

Matrícula: 2556723

(Assinado eletronicamente em 30/09/2022 12:30)

NIDIA MARIA LIENERT LUBISCO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DFPI/ICI (12.01.31.09)

Matrícula: 6287507

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **34**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE AVALIAÇÃO**, data de emissão: **31/07/2022** e o código de verificação: **26df726915**

Dedico este trabalho a Deus, porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvidas, meus agradecimentos primordiais são para o Magnífico Deus pela certeza de que sem Ele, eu nada seria.

Aos meus pais Manoel e Cleonice por todo incentivo. Obrigada por fazerem questão de ensinar, desde a minha infância, que o estudo é sempre a melhor opção.

Aos meus irmãos Rálisson e Rosemberg. Obrigada por me darem a certeza de que quando eu achar que estou sozinha sempre os terei.

Ao meu namorado Marcus Vinicius pela compreensão nos momentos de ausência e por ter cedido a ferramenta primordial para a realização deste trabalho...

Às amigas Liliane e Manoela. Obrigada por todo companheirismo, tantas trocas e ajuda mútua que foram contribuições indispensáveis durante toda a jornada.

Agradeço de forma especial a minha orientadora Profa. Dra. Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá, que cumpriu com maestria a sua missão. Obrigada por me motivar de forma que eu levantasse âncoras, dando início a uma expedição que me permitiu navegar por uma rota tão valiosa e alcançar porto seguro!

Deixo registrado meus agradecimentos a todos aqueles não citados mas que, de alguma forma, contribuíram positivamente para a consecução desta pesquisa.

Nenhum povo pode ser considerado conhecedor de sua própria história antes que seus documentos oficiais, uma vez reunidos, cuidados, tornados acessíveis aos pesquisadores, tenham sido objeto de estudos sistemáticos e antes que se determine a importância das informações neles contidas [...] (ANDREWS, 1913, p. 264-265 *apud* SCHELLENBERG, 2004, p. 32).

RESUMO

SANTOS, Rosiane Vieira. **Navegar era preciso...documentar muito mais: da Marinha Portuguesa à Marinha Imperial Brasileira - História, memória, arquivos e documentos.** 2022. 62p. Orientador: Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2022.

Este estudo se propõe a investigar a gênese da produção documental que resultou na formação do Arquivo da Marinha do Brasil e qual o papel desse Arquivo na conservação da memória da Instituição. O trabalho discorre sobre os aspectos históricos da arte de navegar e da Era das Grandes Navegações, apontando para esta via como facilitadora do trânsito tanto geográfico, comercial quanto informacional e elege, para um estudo inicial, três documentos originários desse período: *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, *A Carta de Mestre João Faras* e *A Relação do Piloto Anônimo*, considerando-os como documentos arquivísticos. Investiga a criação da Marinha do Brasil com enfoque no contexto do patrimônio documental; traça a trajetória de criação do Arquivo dentro da estrutura organizacional da Instituição até os dias atuais, bem como procura identificar a tipologia documental do seu acervo. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, com base histórica, construída por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo, além da bibliográfica que embasou o referencial teórico. Esses insumos possibilitaram responder os questionamentos e alcançar os objetivos propostos. Como resultado, apresenta os fatores que determinaram a produção documental que deu origem ao Arquivo da Marinha, bem como seu papel na preservação da memória da Força Naval brasileira e a atuação de seus militares arquivistas, que ingressaram com a missão de, além de servir à Pátria, preservar e manter o patrimônio documental que a eles é delegado gerir e preservar.

Palavras-chave: Marinha do Brasil - memória e história; Arquivo da Marinha; Patrimônio Documental.

ABSTRACT

SANTOS, Rosiane Vieira. Navigating was necessary...documenting much more: from the Portuguese Navy to the Imperial Brazilian Navy - History, memory, archives and documents. 2022. 62p. Advisor: Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá. Course Completion Work (Bachelor's degree in Archiveology) – Federal University of Bahia. Salvador, 2022.

This study proposes to investigate the genesis of the documental production that resulted in the formation of the Brazilian Navy Archive and what is the role of this Archive in the conservation of the Institution's memory. The work discusses the historical aspects of the art of navigation and the Age of Great Navigations, pointing to this route as a facilitator of geographical, commercial and informational transit, and elects, for an initial study, three documents originating from that period: *The Letter of Pero Vaz de Caminha*, *The Letter of Teacher João Faras* and *The Relation of the Anonymous Pilot*, considering them as archival documents. Investigates the creation of the Brazilian Navy focusing on the context of documentary heritage; traces the trajectory of creation of the Archive within the organizational structure of the Institution until the present day, as well as seeks to identify the documentary typology of its collection. As for the objectives, it is a descriptive research, with a historical basis, built through bibliographic and document research, of a qualitative nature, in addition to the bibliography that supported the theoretical framework. These inputs made it possible to answer the questions and achieve the proposed objectives. As a result, it presents the factors that determined the documentary production that gave rise to the Navy Archive, as well as its role in preserving the memory of the Brazilian Naval Force and the performance of its military archivists, who joined with the mission of, in addition to serving the Homeland, preserve and maintain the documentary heritage that they are delegated to manage and preserve.

Keywords: Brazilian Navy - memory and history; Navy Archive; Documentary Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Bote de couro de animais (pelota) de acordo com Debret.....	14
Figura 2 - Caravela	15
Figura 3 - Nau Portuguesa	17
Figura 4 - Réplica do Galeão Botafogo	18
Figura 5 - Constelação Cruzeiro do Sul representada por Mestre João na sua missiva dirigida ao rei D. Manuel	26
Figura 6 - Organograma da DPHDM	43
Figura 7 - Fluxograma do processo de transferência/recolhimento - Arquivo da Marinha.	49
Figura 8 - Fluxograma do processo de eliminação de documentos - Arquivo da Marinha.....	50

QUADROS

Quadro 1 - Composição do acervo documental do Arquivo da Marinha.....	44
Quadro 2 - Funções exercidas pelos arquivistas atualmente e principais competências dos setores aos quais pertencem.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	NAVEGAR É MAIS QUE PRECISO: A TRAVESSIA DO ATLÂNTICO	14
3	IMAGENS DO BRASIL COLÔNIA: NOTÍCIAS DE LÁ E DE CÁ.....	20
3.1	IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES DO OUTRO: CARTAS, MAPAS E NARRATIVAS	21
3.2	COMO DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS?	30
4	DA MARINHA PORTUGUESA À MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA: HISTÓRIA, MEMÓRIA, ARQUIVOS E DOCUMENTOS	37
5	“PRESERVAR A MEMÓRIA PARA CONSTRUIR A HISTÓRIA”: O ARQUIVO DA MARINHA DO BRASIL	42
5.1	O ARQUIVO DA MARINHA - ACERVO E TIPOLOGIAS	44
5.2	O ARQUIVO DA MARINHA E A PRESERVAÇÃO.....	46
5.3	O ARQUIVO DA MARINHA E A GESTÃO ARQUIVÍSTICA	47
6	Ô MARINHEIRO, MARINHEIRO SÓ... OU ARQUIVISTA TAMBÉM??	51
7	CONCLUINDO: TERRA À VISTA.....	55
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O mar está presente na história do Brasil desde o seu descobrimento! Por meio dele nosso país foi exposto ao mundo trazendo o bônus do progresso e o ônus das ameaças. Por via marítima veio a expedição de Cabral em 1500, a mesma via fez chegar a Portugal as *Cartas de Pero Vaz de Caminha, de Mestre João e a Relação do Piloto Anônimo*, noticiando ao Rei a respeito da nova terra descoberta. Do mar vieram as invasões francesas e holandesas e foi também por meio dele que, após uma viagem que se estendeu por 54 dias, chegou ao Brasil a Família Real portuguesa e a sede do Estado português. O mar foi o meio pelo qual o aparelho burocrático e administrativo, o tesouro, as repartições, os funcionários e os **arquivos** portugueses chegaram nas terras brasileiras, consistindo na estrutura mínima necessária para sustentar a monarquia portuguesa e dar prosseguimento às ações desenvolvidas pelo governo português durante a permanência no Brasil.

Como militar da Marinha do Brasil, estou totalmente inserida no contexto marítimo. Além do mais, já tinha conhecimento prévio de um Arquivo na estrutura organizacional da Instituição à qual pertencço. Partindo desses pontos, ao longo da graduação em Arquivologia, vislumbrei a possibilidade de produzir um Trabalho de Conclusão de Curso em que pudesse navegar pela origem da Força Naval brasileira investigando sua história e memória, buscar a gênese de seu acervo e discorrer sobre sua ancestralidade, marcada pela vinda da família real portuguesa para o Brasil, até os dias atuais. Ademais, que eu pudesse salientar sobre o ingresso de profissionais capacitados a desenvolverem as atividades atinentes à sua profissão com o objetivo de fazer o Arquivo da Marinha cumprir todos os seus objetivos, dentre eles o principal: de preservar o patrimônio histórico e cultural da Força Naval. Tais pontos constituem a **justificativa** para a qual se propõe este trabalho.

A Marinha do Brasil quando documenta suas ações e operações gera arquivos. Para Reitz (2012) os registros dessas ações devem ser refletidas. A autora ainda afirma que:

Das ações de operação naval, de logística e de preparo do pessoal sempre resultarão informações e documentos, pois registrar atos e testemunhos são meios automáticos de tornar concretos tais eventos e feitos. Os documentos têm o propósito de eternizar atos em memória, para serem revividos no tempo. (REITZ 2012, p. 51).

A partir dessas conjecturas, as seguintes questões foram levantadas: Qual a gênese da produção documental que resultou na formação do Arquivo da Marinha do Brasil? Qual o papel desse Arquivo na conservação da memória da Instituição?

Para responder tais questões, essa pesquisa tem como **objetivo geral** apresentar a gênese

da produção documental que resultou na formação do Arquivo da Marinha do Brasil remetendo ao seu acervo inicial e demonstrar a sua importância na conservação da memória da Instituição.

Para dar cumprimento ao objetivo geral, estabeleceram-se como **objetivos específicos**: 1) identificar os três documentos produzidos durante a viagem que resultou no Descobrimento do Brasil, considerando-os como documentos arquivísticos; 2) discorrer sobre o panorama histórico da criação da Marinha Imperial Brasileira a partir da vinda da Família Real para o Brasil; 3) contextualizar a criação do Arquivo da Marinha na estrutura organizacional da Força Armada e identificar a composição do seu acervo documental; e, 4) enfatizar a importância da atuação do arquivista como militar da Marinha.

Para que uma pesquisa seja realizada e mereça a valoração científica, é necessário que sejam adotados procedimentos e técnicas que possibilitem a sua execução. Partindo desse pressuposto, apresentaremos a seguir os caminhos metodológicos percorridos neste estudo.

Apoiada na teoria de Gil (2002, p.42), essa pesquisa **quanto aos objetivos** é de cunho **descritivo**, de base histórica, pois busca fazer “a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Para analisar e entender os resultados obtidos ao longo do estudo é utilizada a **abordagem qualitativa**. Essa abordagem, de acordo com Minayo (2002, p. 21), “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

O **referencial teórico** que fundamenta este estudo foi construído por meio de exaustiva pesquisa realizada em bases de dados, manuais, capítulos de livros, artigos científicos, teses, dissertações, bem como no portal de periódicos da Marinha do Brasil, em suas normas e publicações, que trouxeram subsídios para desenvolvimento do tema proposto.

Quanto aos **procedimentos** a pesquisa é **bibliográfica** e **documental** ou seja, desenvolvida com base em material já elaborado. Este estudo é norteado por aspectos históricos, e, conforme afirma Gil (2002, p. 45), a pesquisa bibliográfica “é indispensável nos estudos históricos”. O **universo** da pesquisa é a Marinha do Brasil onde o seu Arquivo compreende o recorte para realização do estudo.

O trabalho encontra-se estruturado em seis seções dispostas da seguinte maneira: a **Introdução**, que objetiva fornecer uma visão panorâmica acerca do assunto pesquisado. A segunda seção, **Navegar é mais que preciso: A travessia do Atlântico**, que discorre sobre os aspectos históricos da arte de navegar e da Era das Grandes Navegações, apontando para esta via como facilitadora do trânsito tanto geográfico comercial quanto informacional.

A terceira seção, **Imagens do Brasil Colônia: Notícias de lá e de cá** narra os principais acontecimentos da expedição de Pedro Álvares Cabral com destino à Índia que resultou no Descobrimento do Brasil, bem como sinaliza sobre o fluxo de informações gerado a partir da

produção de narrativas que buscavam noticiar ao Rei de Portugal o descobrimento de uma nova terra. A subseção 3.1 **Imaginário e representações do outro: Cartas, mapas e narrativas** faz uma singradura¹ na história dando ênfase às noções de representação e imaginário baseado nos estudos de pesquisadores como Sandra Pesavento, Algirdas J. Greimas e Joseph Courtés. Para isso foram eleitos como objetos de análises três documentos que demonstram olhares diferentes sobre a nova terra descoberta. A subseção 3.2 **Como documentos arquivísticos?** Procura demonstrar o enquadramento das três obras analisadas como documentos arquivísticos referendado pelos conceitos de documentos, documentos arquivísticos e suas características propostos por autores como Meyriat, Duranti e Rondinelli.

A seção 4, **Da Marinha Portuguesa à Marinha Imperial Brasileira: História, memória, arquivos e documentos**, dedica-se a narrar a criação da Marinha do Brasil marcada pela vinda da Família Real com enfoque no contexto do patrimônio documental, bem como nos conceitos de alguns princípios arquivísticos. Em **“Preservar a memória para construir a História”**: **O Arquivo da Marinha do Brasil**, seção 5, é traçada a trajetória de criação do Arquivo dentro da estrutura organizacional da Marinha do Brasil até os dias atuais. Em **O Arquivo da Marinha e a Gestão Arquivística**, subseção 5.1, é demonstrado como é feito o controle e acompanhamento de toda documentação arquivística produzida ou recebida pela Marinha do Brasil como também o processo de transferência/recolhimento e eliminação desses documentos arquivísticos. Sob o título **O Arquivo da Marinha - Acervo e tipologias**, a subseção 5.2 traz a constituição do acervo do Arquivo da Marinha e as formas de acesso aos documentos que o compõem, enquanto a subseção 5.3 **O Arquivo da Marinha e a preservação**, comenta sobre o processo de preservação de documentos arquivísticos no âmbito da Marinha do Brasil.

Na seção 6, temos **Ô marinheiro, marinheiro só... ou arquivista também?** A seção realça a importância e atuação do militar arquivista nas fileiras da Instituição, objetivando fazer o Arquivo da Marinha cumprir a missão de manter viva a memória naval brasileira. Ademais demonstra as formas de ingresso desse profissional.

Na seção 7, **Concluindo...terra à vista**, apresentamos os resultados obtidos ao longo da pesquisa, o percurso vivenciado em busca de respostas às questões formuladas, como também os esforços empreendidos para atingir os objetivos propostos. Nesta seção ressaltamos a validade de trabalhos que buscam deixar à vista os acervos documentais de instituições como a Marinha do Brasil e o valor que a eles deve ser agregado.

¹ **Singradura**: Ação ou efeito de singrar. Navegar, seguir caminhos.

2 NAVEGAR É MAIS QUE PRECISO: A TRAVESSIA DO ATLÂNTICO

Desde a pré-história, a água, quer sejam rios, lagos, mares ou oceanos constituíram-se em um obstáculo a ser vencido pelos humanos. Vencer as distâncias, mover-se, era preciso. Instintivamente o homem primitivo tentou transpor percursos sobre as águas usando qualquer coisa que flutuasse. A navegação como meio de transporte aquaviário remete aos primórdios da humanidade. Iniciada de forma simples e movidos pelo instinto de sobrevivência, o homem primitivo transformou materiais que flutuavam sobre a água em um meio de transporte que venciam distâncias e viabilizava a pesca como uma fonte alternativa de alimento: os barcos. A palavra barco é o masculino de *barca* em Latim, do Grego *bâris*, “embarcação” e desde os tempos mais remotos têm sido usados para transporte de curta distância.

Com a descoberta de novos insumos e de material disponível em cada lugar, foram surgindo soluções como as canoas (feitas de um só tronco cavado ou das cascas de uma só árvore), as jangadas (feitas de vários troncos amarrados), os botes de feixes de juncos, os botes de couro de animais (pelota de acordo com Debret²) como mostra a figura 1 e assim por diante.

Figura 1 - Bote de couro de animais (pelota) de acordo com Debret



Fonte: Google Imagens.

Essas invenções não permitiam o transporte de cargas mais pesadas ou eram perigosas em águas agitadas, levando à necessidade de se construir embarcações melhores e maiores. Os primeiros passos na arte da navegação começaram a ser dados, o que reverteria no futuro, milênios depois, em empreitadas arriscadas e em épicas aventuras pelos mares e oceanos adentro, que resultaram na descoberta de novas civilizações e continentes, além de estabelecer intercâmbio comercial e cultural entre povos.

Vale a pena fazer-se uma retrospectiva sobre as denominações e usos das embarcações inventadas e construídas pelo homem. Da primitiva canoa de tábuas, o primeiro método de construção de embarcações utilizado foi chamado de “costado rígido”. Nesse método, primeiro

² Jean-Baptiste Debret ou De Bret (Paris, 18 de abril de 1768 — Paris, 28 de junho de 1848), foi um pintor, desenhista e professor francês. Esteve no Brasil quando o período colonial se encerrava, nesse tempo, a pelota tinha uso em muitos lugares, já que permitia que rios sem pontes fossem atravessados por viajantes.

eram construídas as laterais (o costado da embarcação), para depois acrescentar a estrutura interna, objetivando oferecer maior resistência ao casco numa eventual colisão ou atracações na praia. Na Antiguidade, era assim que se construíam as galés, embarcações movidas principalmente por remos, embora pudessem também ter velas. Foram muito utilizadas por povos navegadores do passado, como os cretenses, os gregos, os romanos e os bizantinos.

No entanto, desde o início da prática da navegação pelos homens, cujas evidências apontam para Idade da Pedra, a aerodinâmica das embarcações pouco evoluiu: estava baseada na impulsão por remos e pelo vento (velas). Um longo caminho seria percorrido, desde então, até que, no século XIII mais especificamente em 1255 – quando o termo ocorre pela primeira vez na documentação portuguesa – surgisse uma embarcação capaz de navegar por longas distâncias, impulsionada, exclusivamente, pelo vento: a famosa caravela (Figura 2).

Figura 2 - Caravela



Fonte: Google Imagens.

Durante o século XV, as mercadorias do Oriente, inclusive as especiarias, chegavam aos portos do Mar Mediterrâneo levadas por meio de camelos, e lá eram compradas pelos italianos, que sob a perspectiva de Costa (2019, p. 69), “revendiam para a Europa com preços exorbitantes”. Com o objetivo de negociar diretamente com o Oriente por via marítima, Portugal iniciou um projeto ambicioso de explorar a costa da África, no Oceano Atlântico, chegar à Índia, a fim de encontrar a passagem para o Oceano Índico e assim negociar diretamente as mercadorias por lá produzidas sem a interferência de outros povos.

Assim, ao longo dos séculos XV e XVI, não só os portugueses mas navegadores europeus lançavam-se ao mar, buscando novas terras e rotas marítimas para as Índias a fim de obter e comercializar as famosas especiarias lá encontradas como pimenta, gengibre, noz moscada, açafrão, cravo, canela e seda. Para Bezerra (2017), “A esse período, costumeiramente, se dá o nome de As Grandes Navegações, Expansão Marítima ou mesmo Era dos Descobrimentos”. O projeto ambicioso não partiu só de Portugal, mas também da Espanha e da

França, porém o pequeno país da Península Ibérica reunia condições políticas, econômicas, comerciais e geográficas favoráveis para destacá-lo como pioneiro nas Grandes Navegações.

Portugal tinha um obstáculo: para transportar as mercadorias seriam necessárias embarcações capazes de suportar quantidades relativamente grandes de cargas. Tal fato exigiu mais desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a construção de embarcações que fossem capazes de enfrentar o Oceano Atlântico sobre o qual o conhecimento dos europeus era muito limitado e assim tratava-se de enfrentar mares desconhecidos.

Por se tratar de navegação “por mares nunca de antes navegados” (CAMÕES, 1572) pelos europeus, com condições climáticas desconhecidas e viagens cada vez mais longas, tornou-se necessário o aumento da quantidade de mantimentos e de tripulantes. Para sanar essas dificuldades, as caravelas foram desenvolvidas pelos portugueses, responsáveis por descobertas históricas para a humanidade.

As caravelas consistiam em grandes embarcações feitas de madeira que pesavam em média de 100 a 400 toneladas. Possuíam de um a quatro mastros e sua capacidade de transporte era de centenas de homens e toneladas de mercadorias. Em geral, tinham velas latinas que são velas triangulares e únicas que permitem a navegação contra o vento tornando-as adequadas às explorações da costa da África devido aos ventos inconstantes do Mediterrâneo. Em dias de fortes ventos, as caravelas conseguiam obter boa velocidade, o que gerava muitas vezes fuga das rotas originais devido ao sistema de navegação imperfeito da época.

De uma navegação participavam marinheiros, soldados, padres, ajudantes e até mesmo um **escrivão** para anotar tudo o que acontecia durante as viagens. “A bordo, escrivão e despenseiro eram os responsáveis pelo controle de estoque e não raro surgia um mercado **clandestino**³ de alimentos, para aqueles que podiam pagar aos controladores”. (RAMOS, 2004 *apud* GURGEL; LEWINSOHN p. 109, grifo nosso).

Há de se reservar pequeno espaço para descrever o lado obscuro que contextualizava as viagens marítimas no tempo dos descobrimentos tornando-as extremamente insalubres e perigosas. Alguns relatos da época, como o do historiador português Correa (1864, p.11), descrevem de forma impiedosa os alistados como soldados e marujos, recrutados ao acaso pelo reino, com destino ao Oriente: “[...] mas toda a outra mais gente era de quinhentos réis de soldo, e muy pobres e esfarrapados, e moços sem barba; gente que pera nada nom prestava [...]”.

³ Para evitar possíveis interpretações racistas, a palavra “negro”, originalmente utilizada na citação, foi substituída por “clandestino”, sugestão oferecida pela Cartilha elaborada pelos GTs Humanidades e Para Elas, do Programa do Sistema Fecomércio-RS/Sesc/Senac de diversidade - Para Todos. Disponível em <https://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Cartilha-Palavras-Racistas.pdf>

Ainda sobre a procedência dos tripulantes que compunham as frotas portuguesas desempenhando a marinharia rumo ao Oriente Cúcio Frada (1989) escreveu:

Desempenhando um ofício mal pago e com poucas garantias, a marinhagem na sua maioria era constituída por homens de extracto socioeconômico e cultural extremamente baixo, a verdadeira ralé da nossa sociedade lisboeta. Filados à força, nos meios menos recomendados e promíscuos, ladrões recrutados no Limoeiro, vadios e mendigos, formavam as equipas dos nossos marinheiros. (FRADA, 1989, p. 4).

Cerca de 40% da tripulação morria nas viagens vítimas de naufrágios, doenças e ataques de piratas como escreve o médico e historiador Jean-Pierre Kernéis (1992) quando se refere às aventuras marítimas durante as Grandes Navegações:

Vasco da Gama deixou Lisboa em 8 de julho de 1497 com três caravelas. Dentro de 11 meses, após sete etapas horrendas e tendo sacrificado 120 dos seus 160 marujos ao escorbuto, foi o primeiro [europeu] a alcançar Calcutá no Oceano Índico. No dia 20 de setembro de 1519 Magalhães partiu [...] com cinco caravelas; após 38 meses em alto mar, descobriu o Estreito que recebeu o seu nome; 247 dos seus 265 tripulantes foram vitimados pelo escorbuto. (KERNEIS, 1992, p. 2921 *apud* GURGEL; LEWINSOHN p. 108).

Com a ampliação do comércio e o acesso à mercadorias cuja demanda na Europa era grande, a necessidade de aumentar a capacidade de carga, tornou-se imprescindível. Neste período foi desenvolvida uma nova modalidade de embarcação: as naus (Figura 3), que eram navios maiores, de três mastros e destinados ao transporte de mercadorias. Para a prática mercantil as naus eram mal armadas militarmente, levava poucos canhões o que fragilizava a sua defesa e das rotas marítimas que comandavam.

Figura 3 - Nau Portuguesa



Fonte: Google Imagens.

De acordo com Albuquerque e Silva (2006, p. 21) “O transporte de riquezas pelo mar deu ensejo ao surgimento da pirataria, tão antiga quanto o próprio comércio marítimo. Isso suscitou a necessidade de os navios mercantes se defenderem”. Nascia assim o galeão, que se distingue dos navios restantes por ter quatro mastros, mais canhões e que eram frequentemente utilizados para transporte de cargas de alto valor originando o navio de guerra para emprego no oceano. Na figura 4 temos uma réplica do galeão São João Batista. Conhecido como o “Botafogo”, foi construído em 1534, era armado com 366 bocas de fogo de bronze, o que lhe dava um tremendo poder além do seu nome popular. Foi o navio de guerra mais poderoso do

mundo na sua época, um autêntico senhor dos mares.

Figura 4 - Réplica do Galeão Botafogo



Fonte: Google Imagens.

Vale ressaltar que até o século XV era pouco o conhecimento sobre os oceanos e sobre a geografia da terra. **As informações eram incrementadas** por lendas, assim, apesar do fascínio dos europeus pelos oceanos, suas viagens eram restritas à regiões próximas ao litoral.

A burguesia e a nobreza tinham grandes interesses nos lucros que o comércio direto com o Oriente poderia gerar, dessa forma, Portugal pôde contar com significativos investimentos e, na busca de maior contribuição para o desenvolvimento naval, foi fundada a Escola de Sagres, um centro de estudos, pesquisas, ensino e desenvolvimento de técnicas náuticas. Por conta desses avanços foi possível vencer as dificuldades técnicas aperfeiçoando e utilizando instrumentos como a bússola (para indicar a direção), o astrolábio (para indicar a latitude), o quadrante (para indicar a longitude), dentre outros como a ampulheta e a balestilha, concretizando a navegação astronômica, que consiste em o navegante determinar sua posição através da observação dos astros.

Na busca por riqueza, por aumentar suas posses e de levar a fé cristã, os portugueses empreenderam grandes viagens pelo Oceano Atlântico chegando, descobrindo e conquistando lugares diferentes como Ceuta em 1415. A partir de então ocorreram grandes descobertas como Ilha da Madeira em 1418, Açores em 1427, Travessia do Cabo Borjador em 1434 e Travessia do Cabo da Boa Esperança em 1488.

“Até fins do século XV os portugueses ainda não haviam conseguido chegar às Índias” (BITTENCOURT, 2006, p. 35). Somente em 1498, uma vez que os navegadores europeus contavam com o desenvolvimento dos navios, de técnicas e instrumentos náuticos, foi possível chegar ao extremo sul do continente africano, contornar a África, passar do Oceano Atlântico para o Oceano Índico e chegar ao Oriente, na cidade de Calicute na Índia, por meio de uma expedição portuguesa comandada por Vasco da Gama. A partir de então, Portugal passou a comercializar as especiarias na Europa obtendo altos lucros e tornando-se uma das potências

econômicas da época.

Importante citar que desta expedição participou um tripulante chamado Álvaro Velho (século XV-XVI), um cronista a quem é atribuída a autoria de um relatório sobre o roteiro da Índia. Segundo Sousa (2002), “o documento esteve esquecido por três séculos e meio até que, em 1834, o historiador português Alexandre Herculano o descobriu na Biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra”. Em 1838 foi publicada uma cópia do original editada por Diogo Kopke⁴ no Porto, com o nome "Roteiro da Viagem que em Descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez D. Vasco da Gama em 1497". Uma cópia do manuscrito encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto e apesar de incompleto, em 2013 foi inscrito pela UNESCO na lista do patrimônio “Memória do Mundo”.

Depois do regresso da expedição de Vasco da Gama, em julho de 1499, o rei D. Manuel enviou outra expedição para a Índia com o objetivo de estabelecer relações comerciais com os indianos. Dessa vez à frente da expedição, que partiu de Lisboa em março de 1500, estava Pedro Álvares Cabral comandando uma poderosa esquadra composta por treze navios e levando a bordo 1500 homens. “É neste processo de descoberta, de exploração metódica do espaço extra europeu, que Vera Cruz se revela ao mundo pelas mãos de Pedro Álvares Cabral que, em 1500, fora enviado por D. Manuel ao comando da segunda armada destinada à Índia [...]” (VIEIRA 2013, p.1).

Foi essa expedição que em 22 de abril do mesmo ano chegou em terras até então desconhecidas. Cabral havia chegado no litoral do nordeste brasileiro onde permaneceu mais de uma semana nas terras marcando território, fazendo o reconhecimento e mantendo contato com os habitantes do local, os indígenas. Nesse contexto, o Brasil foi descoberto.

Para levar as boas novas ao Reino, Cabral mandou seguir para Portugal a naveta de mantimentos sob o comando de Gaspar de Lemos. Além dos presentes da nova terra, o emissário levou ao rei *as cartas de Cabral, dos demais capitães, do Mestre João e de Pero Vaz de Caminha*. Infelizmente, somente as duas últimas foram preservadas. (ABREU *et al.*, 2018, p. 41, grifo nosso).

Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Cabral com destino a Calicute, ficará ligado à descoberta do Brasil pela produção de sua famosa *Carta*, endereçada ao Rei de Portugal, D. Manuel, configurando um documento de notável valor e fonte para a história dos descobrimentos.

⁴ Diogo Kopke foi o redator principal do Museu portuense, jornal literário publicado de agosto de 1838 a janeiro de 1839. Fez o catálogo ou índice de todos os manuscritos, que possuía a Biblioteca Pública do Porto.

3 IMAGENS DO BRASIL COLÔNIA: NOTÍCIAS DE LÁ E DE CÁ

“Sem o registo do observado, sem a narrativa, não haveria troca de informação, nem conhecimento, nem mapas, nem comércio, nem lutas, nem conquistas, nem alianças, nem, afinal, novo mundo” (SEIXO, 1998, p. 110 *apud* VIEIRA, 2013, p. 33).

Após o retorno da armada de Vasco da Gama em 1499 trazendo da Índia produtos que resultaram em lucros extraordinários sobre o capital investido, a Coroa portuguesa iniciou os preparativos para a montagem de nova armada, a maior até então organizada pelos portugueses com destino à Índia.

Para comandar a armada o rei D. Manuel nomeou um fidalgo muito hábil nas artes políticas e que havia se destacado pelos serviços prestados ao seu antecessor D. João II: Pedro Álvares Cabral, que partiria com ordens de estabelecer um tratado de paz com a Índia. Sua missão era diplomática, comercial e militar.

Cabral era o chefe da expedição, mas conforme afirma Abreu e colaboradores (2018):

[...] levava além dos capitães, o Mestre João Faras cosmógrafo, físico e cirurgião de sua majestade [...] seguiam, também, o feitor Aires Correia, quatro **escrivães** (Martinho Neto e Afonso Furtado, da receita, e Gonçalo Gil e Pero Vaz de Caminha, da despesa), oito frades franciscanos, entre eles Frei Henrique Soares de Coimbra [...] (ABREU *et al.*, 2018, p. 36, grifo nosso).

A poderosa frota constituída por nove naus, três caravelas, uma naveta de mantimentos e cerca de 1500 homens partiu do porto de Lisboa em 9 de março de 1500, em meio à grandiosa cerimônia com a presença do rei e de sua corte.

Conforme relata Ramos (2008) em 21 de abril os marujos avistaram algas marinhas, levando a acreditar que estavam próximos à costa e, em 22 de abril a esquadra lançou ferros em frente ao monte que em decorrência da Páscoa batizaram de Monte Pascoal. Cabral e sua esquadra haviam chegado ao litoral sul da Bahia.

Depois de observar sinais de terra firme no dia 18, no dia 21 de abril, desobedecendo a instruções fornecidas por Vasco da Gama em Lisboa, Cabral ignorou uma disposição favorável dos ventos para ir diretamente à Índia e decidiu investigar melhor o que lhe diziam os indícios. Avistando terra, lançou âncora na região hoje conhecida como Porto Seguro. (RAMOS, 2008, p. 165).

Na manhã do dia 23 de abril a esquadra se aproximou da praia e a partir de então os portugueses passaram a estabelecer os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o local “[...] estes se admiravam da indumentária dos que chegavam e de sua pele cabeluda,

enquanto os visitantes se admiravam da nudez dos homens e mulheres e de não serem eles negros, nem terem a pele coberta de pelos” (OLIVEIRA, 2000, p. 284). Uma primeira visão do outro que iria, ao ser narrada, alimentar o imaginário português.

No dia seguinte os navios velejaram cautelosamente para o norte em busca de local melhor para ancorar. “No final do dia encontraram um arrecife, hoje conhecido por Coroa Vermelha que abrigava um ancoradouro grande e não distante do que hoje chamamos Porto Seguro” (OLIVEIRA, 2000, p. 284).

Um altar foi montado na Coroa Vermelha e em 26 de abril de 1500 foi realizada a primeira missa no Brasil pelo Frei Henrique, com o objetivo de abençoar o território de acordo com os preceitos católicos e também fincar uma cruz, para marcar a posse da terra por parte de um povo cristão. Em 1º de maio foi rezada a segunda missa.

Finalmente, no dia 2 de maio de 1500 seguia para Calicute a armada juntamente com Cabral e para o Reino seguia a naveta de mantimentos, essa sob o comando de Gaspar de Lemos, responsável por levar ao rei as notícias do descobrimento e algumas lembranças da nova terra. “Junto foram enviadas cartas de Cabral e dos outros capitães, dos escrivães, incluindo Pero Vaz de Caminha (que não era o escrivão oficial da expedição), religiosos, fidalgos e as mensagens enviadas pelos soldados e marujos a seus familiares [...]” (DOMINGUES, 2018, p.2).

E foi dessa forma que o fluxo de informações, das narrativas e documentos passou a ser instituído ao circular e chegar por mar ao rei D. Manuel aquilo que era escrito e registrado.

3.1 IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES DO OUTRO: CARTAS, MAPAS E NARRATIVAS

Ao mesmo tempo que se conhecem os mares, se divulgam novas terras, novas gentes, fauna e flora, surge um novo texto. Existe uma correlação entre o mundo novo que se descobre e o texto que alvorece na medida em que o primeiro enforma o segundo e este representa o primeiro. Através destes relatos de viagem, e de todos os registros escritos de uma forma geral, o homem tenta organizar-se e estabelecer-se na nova realidade. (VIEIRA, 2013, p. 32,33).

Partindo dessa afirmação de Vieira (2013), faz-se mister discorrer sobre os conceitos de representação e imaginário atentando para o fato de que estes se interpõem no processo de reconhecimento do outro.

Sandra Pesavento (2005), pesquisadora do tema, alerta:

O texto do historiador tem, pois, uma pretensão à verdade e refere-se a um passado real, mas toda a estratégia narrativa de refigurar essa temporalidade já transcorrida envolve representação e reconstrução. Reconstrução porque, ao reinscrever o tempo

do vivido no tempo da narrativa, ocorrem todas as variações imaginativas para possibilitar o reconhecimento e a identificação. Representação porque a narrativa histórica tanto se coloca no lugar daquilo que aconteceu quanto lhe atribui um significado. (PESAVENTO, 2005, p. 19).

Segundo Sá (2016) na perspectiva de Pesavento (2005, p. 27), o imaginário se tornou um conceito central para a análise da realidade. Ele passa a traduzir a experiência do vivido e do não vivido, das coisas vistas e imaginadas, do suposto, do desconhecido ou desejado, havendo um lado que se reporta à vida e outro que se reporta ao sonho. No percurso da construção desse imaginário, assegura Sá (2016), que o mesmo comporta utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre coisas que na realidade não existem ou mesmo nunca existiram.

Voltando à Pesavento (2005), o imaginário configura-se como algo datado, revestido de história pois, em cada época e lugar, os homens constroem representações que buscam dar sentido ao real, daí o imaginário que se constrói ser datado, ser histórico, comportando valores, mitos, ideologias e podem ser expressas por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas.

Quanto ao ato de representar feitos e acontecimentos, o homem, desde à sua gênese, na pré-história, já utilizava símbolos representando suas tradições por meio de gravuras nas paredes das cavernas, originando testemunhos que representam comportamentos culturais e registros que reúnem diversas vertentes simbólicas e contextuais de uma sociedade. Conforme Pinto e colaboradores (2008, p.17) a representação não é de origem recente:

[...] muito pelo contrário, ela sempre esteve presente no espírito humano, pelo menos, desde a Pré-história quando os homens primitivos, em suas práticas cotidianas, buscavam possibilidades de comunicação através da criação de imagens ou ideogramas; assim como da escrita cuneiforme dos sumérios e dos hieróglifos produzidos no Antigo Egito. (PINTO; MEUNIER; SILVA NETO, 2008, p. 17).

Para Greimas e Courtés (2008, p. 419) “Representação é um conceito da filosofia clássica que, utilizado em semiótica, insinua – de maneira mais ou menos explícita – que a linguagem teria por função estar no lugar de outra coisa, de representar uma ‘realidade’ diferente”.

Assim, entendemos que a representação pode sofrer influência de vários fatores, como cultura, construção social e questões individuais, o que propicia múltiplas leituras de um objeto ou fenômeno, evidenciando o quadro inspirador do observador, daí ser objeto de análise e estudo de uma diversidade de áreas do conhecimento, principalmente das Ciências Humanas.

A representação além de se constituir como uma atividade pragmática, se amplia

como campo de estudos teóricos e aplicados que objetivam responder aos problemas e efeitos da informação na cultura pós-moderna a fim de tornar os registros informacionais acessíveis à sociedade. (DE ALBUQUERQUE *et al.*, 2019, p. 14).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008, p. 321) define representação como “reformulação ou indicação de um conceito por meio de uma linguagem de indexação ou de informação”. Já na concepção de Silva (2020) ela é considerada como redutora de significados. A representação para o autor gira em torno de esconder algo e de trazer outros à tona.

Hall (2016, p. 31) atenta para o fato de que “representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas”, fato que pode ser comprovado ao compararmos três documentos, produzidos por sujeitos integrantes das expedições portuguesas, cujas narrativas descrevem o descobrimento do Brasil: *As cartas de Pero Vaz de Caminha e de Mestre João Faras e a Relação do Piloto Anônimo*. Três olhares que deram margem a narrativas sobre o descobrimento da nova terra.

[...] de toda essa documentação só restaram a Relação do Piloto Anônimo e as cartas de Mestre João Faras e de Pero Vaz de Caminha. Todo o restante desapareceu no grande incêndio que se alastrou por Lisboa em 1580 ou no terremoto seguido de incêndio de 1755. (DOMINGUES 2018, p. 2).

Diante do exposto nos deparamos com a revelação de olhares, leituras e representações diferentes, que deram origem à uma farta produção documental sobre o acontecimento vivido, sobre a nova terra, sua geografia e seu povo, na qual a expressão da diferença vigorava. Sobre os autores – Caminha, Mestre João Faras e o Piloto Anônimo, Vieira (2013) afirma que:

A sua origem, o nível econômico e social, as funções que desempenhavam a bordo, os propósitos da sua escrita e os seus destinatários deram origem a um vasto *corpus* documental que hoje se tenta catalogar e agrupar de acordo com as suas características”. (VIEIRA, 2013, p. 33).

Desde o descobrimento e durante todo o período de colonização este *corpus* documental sobre o qual a autora se refere, foi diversificado, rico, representativo de todo o processo histórico vivido pelo país recém descoberto. Na impossibilidade de abarcá-lo por completo, vamos nos ater àqueles que pretenderam registrar descobrimento do Brasil.

Cartas, mapas e narrativas foram produzidos no sentido de registrar as primeiras impressões e acontecimentos, os primeiros passos do país. Prestando contas ao rei de Portugal, por via marítima, navegavam os documentos e as narrativas até o seu destino.

A *Relação do Piloto Anônimo* é um relato que, segundo França (2020) tem uma história curiosa:

Foi primeiramente publicado em italiano, na coleção, organizada por Fracanzano Montalbodo [...] *Paesi novamente ritrovati et Novo Mondo de Alberico Vesputio Florentino intitulado* (Vicenza, 1507, folhas 58 a 77, capítulos LXIII a LXXXIII). Montalbodo diz ter traduzido um original em português, todavia, não se conhece o seu paradeiro. (FRANÇA, 2020, p. 9).

Importante ressaltar que, para o estudo da *Relação do Piloto Anônimo*, nos baseamos na obra “A Relação do Piloto Anônimo – Edição, estudo e notas de Jean Marcel Carvalho França”, cuja proposta, segundo o autor é:

Oferecer gratuitamente ao público [...] acesso a edições digitais de documentos e obras raras da cultura luso-brasileira. É um pequeno contributo ao sempre polêmico mas necessário processo de construção da memória e da identidade nacionais, deste e do outro lado do Atlântico”. (FRANÇA, 2020, p. 5).

Reeditada diversas vezes ainda no século XVI, a obra foi traduzida para latim, francês e alemão, entre outras línguas, no século seguinte. Embora seja provável que sua estrutura seja diferente da original, está organizada em 21 capítulos. Ao longo deles o Piloto Anônimo relata os acontecimentos mais importantes da viagem e traça o caminho percorrido pela frota desde Lisboa até seu regresso ao reino. É o único dos três documentos testemunhais do descobrimento que relata a viagem completa, com a partida, o percurso e o regresso.

Sua leitura global permite crer que o autor é dotado de grande poder de observação, pois ao longo da narrativa os fatos são relatados de forma minuciosa e as descrições muito bem feitas. A maneira como foi redigida baseou-se em anotações praticamente diárias.

A Relação começa com informações acerca da viagem: o nome do capitão-mor, a data da partida, o número de embarcações e qual seria o seu destino. Nos três primeiros capítulos é descrito o encontro com a terra de Vera Cruz e revela que “o lugar abundava de árvores e que havia muita gente caminhando pela praia” (FRANÇA, 2020, p. 20). O autor descreve os povos que ali foram achados e relata as dificuldades de comunicação com eles:

Os homens da armada notaram que era gente de cor parda – entre o branco e o negro –, de boa compleição e de cabelos compridos, notaram ainda que andavam nus como tinham nascido, sem vergonha alguma. [...] não havia no batel ninguém que pudesse compreender a sua língua, o que obrigou os homens a retornarem ao capitão. (FRANÇA, 2020, p. 20, 21).

A narração avança relatando os principais acontecimentos dos dias, segundo a visão do

autor. Discorre sobre a missa realizada, sobre como os nativos se divertiram após a realização da mesma e permanece destacando as principais características da terra de Vera Cruz, dos seus homens e mulheres, de suas casas, e da fauna ali encontrada. Ao longo da descrição o autor utiliza adjetivos e comparações quando se depara com algo nunca visto:

Os homens da terra, que são grandes pescadores, confeccionam umas redes e pescam variados tipos de peixe. Vimos um exemplar por eles pescado que tinha o tamanho de um tonel, mas era mais comprido e mais redondo, sem dentes e com a cabeça semelhante a de um porco. Seus olhos eram pequenos e suas orelhas, longas como um braço e largas como meio braço [...] A sua pele tinha pelos como a do porco e era da grossura de um dedo. A sua carne era branca e gorda como a do porco. (FRANÇA, 2020, p. 23, 24).

A descrição minuciosa dos peixes e aves, dos corpos e seu feitio, recheada de comparações com animais, demonstra um fascínio, mas por outro lado na representação do outro, um olhar etnocêntrico no qual o preconceito nos leva a crer como o imaginário português foi alimentado.

Nos três capítulos que direciona o encontro com a nova terra o autor limita-se a referir ao que é facilmente perceptível ao olhar. Seu discurso não explicita sua opinião pessoal, contudo observa-se que seus comentários confirmam o texto da carta de Caminha.

O segundo documento sobre o qual navegaremos é a *Carta de Mestre João Faras*. Para o estudo dessa carta bem como da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, nos basearemos nas versões disponibilizadas no acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, cuja missão é materializar duas das tradicionais missões das bibliotecas nacionais: preservar a memória cultural e proporcionar o amplo acesso às informações contidas em seu acervo.

A carta só apareceu impressa em 1843, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, pelas mãos de Francisco Adolfo Varnhagen. O seu original encontra-se em Portugal, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Diferentemente da *Relação do Piloto Anônimo*, a *Carta de Mestre João* é pouco criteriosa, não consta no seu relato espanto algum nem fascínio quanto ao maravilhoso encontrado em Vera Cruz. Seu discurso é técnico e prático, correspondente às suas profissões⁵ e permite concluir que seu objetivo era informar ao rei os seus trabalhos, demonstrando sua lealdade.

Nas primeiras linhas o autor se identifica e relata que pretende falar a D. Manuel apenas

⁵ João Faras, mais conhecido como Mestre João, era médico e cirurgião do rei D. Manuel, astrônomo, astrólogo e físico.

sobre dois assuntos “Senhor: O bacharel mestre João, físico e cirurgião de Vossa Alteza, beijo vossas reais mãos. Senhor: porque, de tudo o cá passado, largamente escreveram a Vossa Alteza, assim Aires Correia como todos os outros, somente escreverei sobre dois pontos [...]” (FARAS, 1500, p. 1).

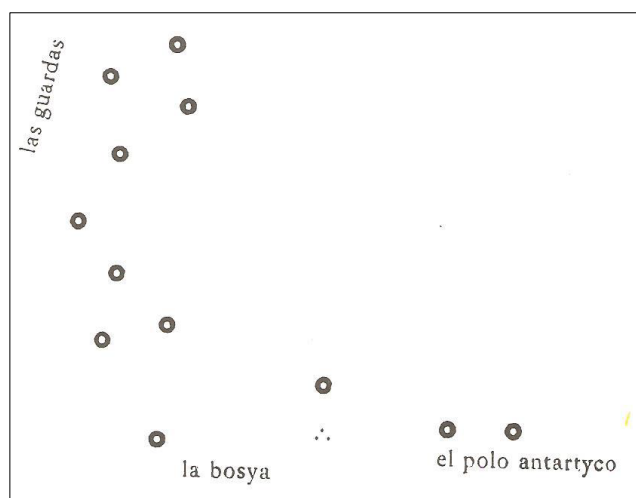
O primeiro ponto diz respeito a observações de âmbito geográfico e o autor explica que esteve em terra, fez medições utilizando o astrolábio para determinar a latitude do lugar e indica os valores para localizar a região descoberta, situando-a geograficamente.

Ao falar sobre localização geográfica nos remetemos à uma outra forma de representação: os mapas. Na visão de Marquez (2014, p. 44) que trabalha com esse tema: “Localizar-se é um esforço complexo o suficiente para gerar inúmeras formas de linguagem e de representação [...]”. Ainda na perspectiva da autora é possível que tal esforço amplie-se de forma que ultrapasse o campo disciplinar da geografia e alcance outros campos. Tal perspectiva pode ser comprovada quando Mestre João, ao ilustrar seu discurso através do mapeamento da constelação do Cruzeiro do Sul, amplia o campo disciplinar da geografia e alcança a astronomia.

Sobre o mapa da constelação austral (Figura 5), Mestre João relata não ter conseguido saber em que grau estava cada uma das estrelas devido à ondulação do navio. Essa descrição é considerada como a primeira descrição escrita do Cruzeiro do Sul:

[...] somente mando a Vossa Alteza como estão situadas as estrelas do (sul), mas em que grau está cada uma não o pude saber, antes me parece ser impossível, no mar, tomar-se altura de nenhuma estrela, porque eu trabalhei muito nisso e, por pouco que o navio balance, se erram quatro ou cinco graus, de modo que se não pode fazer, senão em terra. (FARAS, 1500, p. 1).

Figura 5 - Constelação Cruzeiro do Sul representada por Mestre João na sua missiva dirigida ao rei D. Manuel



Fonte: (CORTESÃO, 1922, p. 258)

Seu enfoque narrativo é localizar geograficamente a terra de Vera Cruz bem como relatar ao Rei de Portugal as observações astronômicas e para isso a marcação das distâncias é evidente. Mestre João assina o seu nome e enumera seus cargos.

A Carta de Pero Vaz de Caminha é um documento que merece ser analisado de forma mais detalhada tendo em vista seu valor histórico e literário para a história do Brasil. Segundo o historiador Contier (1966, p. 209), “o manuscrito da carta de Pero Vaz de Caminha permaneceu ignorado durante quase três séculos, e só foi impresso mais de três séculos após a sua redação”. Ainda de acordo com Contier, a primeira cópia, datada de 19 de fevereiro de 1773, teria sido feita pelo escrivão Eusébio Manuel da Silva, às ordens de Dr. José António Seabra da Silva, guarda-mor da Torre do Tombo nomeado em 1766.

O original encontra-se atualmente na Torre do Tombo, umas das instituições mais antigas de Portugal e que desde a sua instalação, numa das torres do castelo de Lisboa, ocorrida provavelmente no reinado de D. Fernando, prestou serviço como Arquivo do Rei, dos seus vassallos, da administração do reino e das possessões ultramarinas, guardando também os documentos resultantes das relações com os outros reinos.

A carta narra os dez dias que os portugueses passaram ao sul do litoral baiano com informações diárias até 1º de maio, quando ocorreu a segunda missa em terra firme. O registo dos dias da semana e do mês, caracteriza a narrativa como uma estrutura diarística. Segundo Pinto (1989, *apud* Vieira 2013, p. 38) “Este registo da vivência com a alteridade ao ritmo temporal, confirmam a **unicidade** do documento, exemplar único no dealbar dos tempos modernos, caso raro que revela o profundo grau de maturidade e de domínio da escrita”.

As palavras de Caminha demonstram fascínio pelo povo e pelas qualidades da terra que poderiam levar benefícios ao rei. Inicialmente ele anuncia que, assim como o capitão-mor e os outros capitães, se propõe a dar conta ao rei sobre “[...] a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou [...]” (CAMINHA, 1500, p.1).

Seguindo uma ordem cronológica de acontecimentos desde a partida do porto de Lisboa, Caminha vai nomeando os locais por onde passa permitindo ao leitor acompanhar o trajeto, não se detendo em minuciosidades. Conta sobre a aproximação à terra por meio de barcos menores que se dirigiram à praia, enriquecendo seus relatos com detalhes técnicos relacionados à marinharia utilizando vocábulos que ajudam a representar o espaço.

Relata que, para reconhecimento da terra e dos primeiros habitantes avistados, Cabral se reúne com os demais capitães e decide enviar à terra Nicolau Coelho no seu batel:

[...] E o Capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram [...] (CAMINHA, 1500, p. 2).

Temos a primeira referência ao índio e a demonstração do espanto no que diz respeito à nudez e às armas. A mesma dificuldade de comunicação relatada pelo *Piloto Anônimo* é relatada por Caminha, mas não foi impedimento para que ocorresse o primeiro contato e as primeiras trocas de presentes. Dois daqueles nativos foram levados ao capitão-mor e Caminha pôde observá-los de perto gerando uma descrição minuciosa em sua carta. Os índios foram mantidos a bordo até o dia seguinte, 25 de abril, quando foram levados de volta à terra juntamente com alguns presentes. Por determinação de Cabral, Caminha acompanhou o referido regresso bem como juntamente um degradado⁶ para saber como viviam e em busca de informação que se baseasse na proximidade da realidade que ora se apresentava:

[...] mandou o Capitão a Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas [...] E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado [...] a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho. (CAMINHA, 1500, p. 4).

O escrivão se revela cada vez mais dedicado em detalhar tudo que viu pessoalmente demonstrando ainda mais seu espanto e fascínio ao conhecer de perto aquele povo com suas caracterizações, pinturas, beijos furados, cores de cabelos e sobretudo a beleza das moças.

O dia seguinte, domingo de páscoa, é o dia em que, por ordem de Cabral, realizou-se a primeira missa. A preparação do altar foi seguida e relatada detalhadamente por Caminha.

O envio de notícias ao rei D. Manuel, sobre o descobrimento da nova terra, foi fruto de um encontro entre os capitães dos navios, conforme trecho a seguir:

[...] vieram logo todos os capitães a esta nau, por ordem do Capitão-mor, com os quais ele se apartou, e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para a melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber [...] perguntou mais se lhes parecia bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza [...] Sobre isto acordaram que não era necessário. (CAMINHA, 1500, p. 6).

⁶ **Degradado:** Condenado ao exílio.

A cada novo encontro com os nativos, o escrivão se detinha a observar, coletar e registrar pormenores no que diz respeito à sua aparência física, sempre fascinado pela nudez. No dia 29 o escrivão narra a tarefa de esvaziar o navio de mantimentos que regressaria à Portugal levando ao rei D. Manuel os registros sobre o achamento.

Caminha em sua narrativa busca coletar, registrar e indo além, difundir, toda a informação possível daquilo que observa. Sua obra é norteadada pela tentativa de representar e descrever a novidade. O discurso do escrivão, caracterizado como a materialização de um discurso do colonizador, descreve o outro – a saber os povos ali encontrados. Sua forma de olhar o outro baseava-se em referências culturais comuns ao Ocidente. Assim, os povos podiam ser valorizados ou desvalorizados mediante a sua aproximação ou afastamento ao modelo europeu. Do último dia em Vera Cruz, Caminha narra como foi chantada⁷a cruz construída dias antes e como os índios ajudaram a transportá-la para a realização da segunda missa. Ele relata que os índios imitavam os gestos durante a celebração da missa, pressupondo que aprenderiam fácil a fé católica caso a linguagem fosse entendida.

Para finalizar a carta, Caminha faz um resumo do encantamento daquela terra e assinalou que as terras eram tão férteis que nela daria tudo que se quisesse explorar. O escrivão fala dos nativos e da necessidade de os salvar fazendo referência ao ensinamento do evangelho.

A leitura das três obras nos permite refletir sobre a maneira como cada autor construiu uma representação, fruto do seu imaginário, referente aos povos e mundos até então desconhecidos. Percebe-se que, uma das estratégias utilizadas nas narrativas para aproximar o leitor da realidade vivenciada, foi o recurso das comparações com algo já conhecido, para que houvesse compreensão do novo.

À medida que o imaginário vai sendo representado pelos autores, homem e terra são descritos com maior ou menor precisão conforme o objetivo narrativo de cada um, comprovando a perspectiva de Silva e colaboradores (2020) quando afirma que a representação de modo amplo, gira em torno de esconder algo e de trazer outros à tona, na medida em que ela é redutora de significado.

Os autores que trouxemos são considerados produtores de informações com relevância até os dias de hoje, a exemplo da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, importante documento na historiografia do Brasil; a *Carta de Mestre João*, cuja descoberta da constelação do Cruzeiro do Sul foi importante para o início dos estudos das estrelas do hemisfério sul, para a localização e navegação astronômica, bem como sua apropriação simbólica que pode ser encontrada na

⁷ **Chantar:** Fixar na terra.

bandeira do Brasil; e a *Relação do Piloto Anônimo*, que depois da carta de Caminha, relata o momento inicial da construção da imagem do nativo pelos portugueses.

Le Coadic (1996, p. 5) diz que informação é “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. A informação é um significado transmitido aos indivíduos “por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal [...], através de um sistema de signos, significante e significado”. Partindo destes princípios, podemos dizer que as informações geradas e registradas pelo três autores citados ao longo da seção, vem, no decorrer do tempo, sendo passíveis de análises e resistindo às mais diversas leituras. Atravessando o tempo, elas têm se constituído em obras de referência histórica, fonte de memória, de pesquisa e um contributo para a produção de novos saberes.

As três obras apresentadas e analisadas representam fragmentos do acontecido, fruto da experiência vivida por seus autores que apesar de terem propósitos diferentes, se complementam e relatam um mesmo momento histórico: o descobrimento do Brasil.

Como documentos de procedências diferentes que circularam por via marítima e que, através deste meio, estabeleceram um fluxo de informação entre Brasil e Portugal, podem ser considerados como documentos que alimentaram arquivos e que se constituem, em sua gênese, como documentos arquivísticos.

Veremos! Sobre esta questão nos debruçaremos na próxima seção.

3.2 COMO DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS?

Partindo do princípio de que este projeto se insere no âmbito da Arquivologia e privilegiando os aspectos históricos narrados nas seções anteriores (contexto, circunstâncias, protagonistas) e por considerarmos que as informações geradas, registradas e disseminadas pelos três autores vêm ao longo do tempo sendo passíveis de análises e diversas leituras, a partir de agora, considerações teóricas serão tecidas sobre os conceitos de documento e documento arquivístico, objetivando assim caracterizá-los.

As três obras cujos históricos foram relatados nas seções anteriores são documentos que, apesar de produzidos por fontes diferentes possuíam o mesmo objetivo: manter o rei de Portugal à par dos acontecimentos ocorridos por ocasião da expedição de Cabral até a Índia. Ou seja, documentos que apresentam em sua gênese a **proveniência**, ao serem produzidos em função de atividades exercidas por diferentes sujeitos, ligados à uma mesma **entidade produtora**, a saber a Coroa portuguesa.

Como já relatado na seção 3, as notícias chegaram ao Reino através de documentos que

foram enviados a Portugal por meio de uma naveta de mantimentos enquanto a expedição seguia para terras indianas, estabelecendo assim um **fluxo documental** por via marítima e um longo **trâmite** até o cumprimento de suas finalidades.

Bellotto (2002) afirma que a tramitação do documento depende da estrutura burocrática da época, do país e do direito que ali comanda a sociedade e que essa dependência vai desde sua origem até a utilização do documento.

Como exemplo, a autora nos traz a relação entre Brasil e Portugal durante o período anterior a Independência e traz as reflexões de Cortés Alonso sobre documentos descendentes (aqueles que descem do Rei e das autoridades superiores), ascendentes (os que sobem dos súditos) e horizontais (os que se distribuem entre autoridades do mesmo nível). Para Bellotto esse fluxo documental acontece até mesmo do ponto de vista geográfico dando-se da seguinte forma: os que sobem do Brasil a Portugal (do hemisfério sul ao norte) e os que dali descem (do hemisfério norte ao sul).

Conforme a natureza do produtor e a atividade que dá origem ao tipo documental, a direção será ascendente ou horizontal, e pode terminar seu destino (chegar à consecução do que está proposto) sem que se produza outro documento...Na verdade, produzem-se caminhos geográficos de ida e volta, sem que os documentos percam suas características genéticas. (BELLOTTO, 2002, p. 37).

Visando entender o enquadramento das três obras analisadas como documentos arquivísticos é importante que algumas reflexões sejam feitas sobre o conceito de documento, suas mudanças e percurso histórico.

A palavra documento, etimologicamente, vem do latim *documentum* “demonstração, prova, lição”, mais tarde “instrumento oficial escrito”, de *docere*, “ensinar, mostrar” e de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005, p. 73), “documento é a unidade de registro de informações qualquer que seja o suporte ou formato”.

Historicamente a noção de documento tem sido modificada em sintonia com as mudanças sociais, culturais e políticas deflagradas no início do século XX. Dentre elas destacamos o papel exercido por Paul Otlet em busca de uma ampliação do conceito, nos anos de 1934 quando publica o “*Traité de documentation*” e as ações que partiram da *École des Annales* que ampliaram o leque do que seria entendido como documento. Suzanne Briet em sua obra *Qu'est-ce que La documentation?* publicada em 1951, sintonizada com os ideais de Otlet e integrando a corrente dessa nova conceituação do documento, vai defini-lo como: “todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, *apud*

ORTEGA; LARA, 2010, p .4).

Imbuídos deste mesmo propósito, o de ampliar o conceito, diversos autores da área da Arquivologia e da Ciência da Informação empenharam-se em conceituar documento, a exemplo de Paes (2006, p. 26), quando afirma que o documento consiste “[...] no registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém”. Já na perspectiva de Bellotto (2005, p. 35), “Documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa [...] enfim, tudo o que seja produzido [...] pela atividade humana. Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que seja um documento”.

Rocco (2013), por outro lado, apresenta uma proposta de definição de documento e sua utilização voltada para testemunhar fatos, ao afirmar que:

Documento é toda informação registrada em um suporte, independentemente de qual seja, devendo possuir forma fixa e conteúdo estável. Ele é utilizado, principalmente, para registrar e comunicar informações, com o intuito de ensino/aprendizagem e/ou de servir de testemunho de atos e fatos. (ROCCO, 2013, p. 24).

Outro teórico que vai corroborar na conceituação e ampliação do conceito de documento, é o francês Jean Meyriat. Ele vai além e trabalha com o conceito de documento por intencionalidade e documento por atribuição, no qual fica explícito que, aquele que define o que é documento, é o sujeito que dele deseja informar-se. Meyriat (2016, p.2) ainda explica: “Se o objeto não foi criado como tal, ele pode tornar-se documento pelo fato de que aquele que nele buscava informação reconhece uma significação, o promove, assim, a suporte de mensagem”.

Percebe-se que, apesar da multiplicidade de conceitos, eles se complementam e deixam explícitos características como caráter orgânico, acumulação natural em decorrência das atividades e a necessidade de um suporte, seja ele qual for, permitindo entender que o documento estará sempre vinculado a algum material físico onde a informação é registrada.

Retornando a Meyriat (2016), ele discorre sobre a possibilidade de todo objeto, subsidiariamente, se tornar um documento, mostrando que o documento tem uma dupla origem possível tornando-se um, mesmo não tendo sido criado como tal. O autor condiciona tal possibilidade à vontade do emissor e daquele que busca informação: “Assim o documento não surge como tal, a priori, mas como o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar – a segunda ao menos sendo sempre necessária” (MEYRIAT, 2016, p. 243).

Documentos são produzidos em diferentes situações criando a necessidade de identificá-los para que possa lhes ser atribuído o devido tratamento e posteriormente o acesso. Uma vez

demonstrados alguns dos conceitos de documentos, cabe-nos refletir, como anunciamos anteriormente, sobre Documento arquivístico ou Documento de arquivo.

Segundo o *Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos*, (2020, p. 24), Documento arquivístico é “Documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência”.

Rondinelli (2011) em seu estudo sobre documento arquivístico faz análise do termo a partir de dicionários, glossários e outras fontes arquivísticas e aborda o documento arquivístico como evidência. A autora ainda conceitua o documento arquivístico relacionando-o com as características que o identificam como tal:

[...] nem todo documento é um documento arquivístico. Para se configurar como tal, o documento tem que ser produzido ou recebido no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica e ser dotado das seguintes características diplomáticas: forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor), ou ao menos as três primeiras. (RONDINELLI, 2011, p. 257).

A autora ainda afirma que o entendimento jurídico de evidência como “relação” e como “possibilidade de” inspira Jennifer Meehan (2006) a traçar um conceito de evidência no âmbito da Arquivologia. Na compreensão da autora o documento arquivístico pode ser entendido como evidência pois se relaciona com o evento que o originou.

Ainda na perspectiva de Rondinelli (2011, p. 257) “[...] o documento arquivístico possui uma base física e tem por função registrar, reter, testemunhar, ‘chamar à lembrança’, as atividades desempenhadas por pessoas físicas e jurídicas”.

Além disso, um documento arquivístico não é produzido com a intenção de posteriormente se tornar fonte histórica. A exemplo de tal afirmação, podemos citar os três documentos cujos históricos foram relatados nas seções anteriores: a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, a *Relação do Piloto Anônimo* e a *Carta de Mestre João*. Trata-se de documentos produzidos como escritos de viagem dirigidos ao Rei de Portugal com o objetivo de informar a respeito dos acontecimentos náuticos ao longo da expedição que partiu de Portugal até a Índia. Atrevo-me a afirmar que nenhum dos três autores, ao redigir seus escritos, o fizeram com a intenção de torná-los históricos. Valente (1977) afirma que os próprios autores elucidam o fato de que a raridade e preciosidade atribuída aos três documentos não foi mais que acidental.

Caminha não imaginaria que sua carta pudesse ser considerada um “diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura”, conforme afirmou Abreu (1976, p. 176).

O Piloto Anônimo, por sua vez, não mensurou que seu diário de apontamentos constituiria o único documento testemunhal do descobrimento que apresenta a partida, o percurso e o regresso da expedição de Cabral; e Mestre João não planejou que a ilustração constante no seu relatório sobre o andamento de seus estudos astronômicos se tornaria a primeira descrição ilustrada do Cruzeiro do Sul.

Isso corrobora com a perspectiva de Meyriat (2016, p. 243), quando afirma que “o mesmo objeto torna-se sucessivamente vários documentos diferentes”. Rouso (1996, p. 87) escreveu que o documento proveniente de um fundo de arquivo “foi por sua vez produzido [...] tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes sem a consciência da historicidade, do caráter de ‘fonte’ que poderia vir a assumir mais tarde”.

Objetivando caracterizar os documentos arquivísticos, Duranti (1994), atribui a eles cinco características basilares: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unidade. A autora considera que essas características “[...] tornam a análise dos registros documentais o método básico pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico, seja com propósitos administrativos ou culturais”. Rondinelli (2011) demonstra essas características quando afirma:

Os documentos arquivísticos surgem naturalmente no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica, como uma decorrência normal do ato de se registrar essas atividades. Desse registro espontâneo resulta uma promessa de imparcialidade dos documentos bem como um vínculo entre eles. Tal vínculo se traduz na relação orgânica que cada documento tem um com o outro e no fato do conjunto documental daí resultante ser dotado de organicidade. Como se trata de documentar atividades, cada documento é único no seu conjunto na medida em que ali desempenha uma função específica. Finalmente, a submissão desses documentos a procedimentos arquivísticos ininterruptos de gestão e de preservação, garante a sua autenticidade. (RONDINELLI 2011, p. 220).

Tais características nortearam o estudo que fizemos dos três documentos com o objetivo de considerá-los como documentos arquivísticos. Fomos referendadas além dos estudos de Rondinelli (2011) pela afirmação de Duranti (1994), quando diz que os registros documentais atendem às características de imparcialidade, autenticidade e organicidade, e que os mesmos se constituem a melhor forma não só de prova documental mas de prova em geral e estão aptos a satisfazer os requisitos da legislação sobre valor probatório. Corroborando com Duranti, Pret (2013, p. 71), escreveu que as cinco características basilares citadas acima são atributos que “transformam os documentos em entidades com características próprias, capazes de revelar a verdade contida em seus registros”.

Em seu livro “Arquivos para que?” Delmas (2010), enfatiza as particularidades dos

arquivos documentais bem como fala das diversas vezes que os documentos tornaram-se historiograficamente importantes para a sociedade. O autor atribui quatro utilidades fundamentais aos documentos arquivísticos: provar, lembrar, compreender e identificar. Ainda afirma que apesar dessas utilidades terem se desenvolvido em paralelo, cada uma, dependendo da época, sofreu diversas transformações.

Diante dessa abordagem e diante dos conceitos estudados podemos inferir que as três obras anteriormente analisadas são documentos arquivísticos. Rocco (2013), afirma que nos documentos arquivísticos, independente de tempo, local e por quem foram produzidos, encontram-se elementos formais passíveis de serem analisados, avaliados e compreendidos e complementa que tais documentos não só podem, como devem ser identificados por esses elementos e não só pela informação que transmitem. A autora atenta para o fato de que é na Diplomática que encontramos o entendimento da análise desses elementos. Tais elementos são perceptíveis nas *Cartas de Caminha*, de *Mestre João* e na *Relação do Piloto Anônimo*. Contudo, ao falar sobre espécies documentais, Bellotto (2002) nos permite compreender que tratam-se de documentos não-diplomáticos conforme consta a seguir:

Carta: documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso;
Relação: documento não-diplomático, informativo [...] Quando solicitada por autoridade e a ela enviada, pode ser considerada documento ascendente. (BELLOTTO, 2002, p. 51; 85).

A análise das três obras nos permite concluir que muitas notícias por meio de cartas, relatórios, relações foram enviadas a Portugal desde a terra de Vera Cruz. Certamente documentos com informações dos capitães, astrólogos, pilotos, marinheiros e outros escrivães com dados novos e quiçá surpreendentes que hoje esclareceriam questões históricas.

Diante disso é possível um questionamento quanto ao paradeiro de toda essa documentação. Valente (1977) afirma que alguns autores admitem que a política de sigilo condicionaram a guarda ou destruição desses informes ao tempo em que os descobrimentos se processavam. O autor faz reflexões sobre a importância das informações de ordem geográfica e técnica constante na documentação e de grande valia para as viagens subsequentes.

Bugni (2018) afirma que esse sigilo em relação a documentos extremamente importantes não era invenção dos portugueses e cita Jaime Cortesão quando diz que, com o objetivo de defender sua supremacia, era uma prática usual de todos os grandes impérios marítimos. A *Carta de Pero Vaz de Caminha* não ficou totalmente anônima, pois embora tenha se mantido inédita por quase três séculos, a carta foi mencionada em textos impressos antes da

sua publicação, como na carta do Rei Venturoso aos Reis católicos, de março de 1505.

A narrativa de Caminha, em razão de seu conteúdo e valor para Portugal, aliado à política de sigilo sobre os documentos que asseguravam a hegemonia sobre os mares e lugares descobertos:

[...] não foi anteriormente divulgada, não pelo fato de ter ficado simplesmente “desaparecida”, “perdida em arquivos empoeirados” mas por fazer parte de uma política de segurança a não divulgação dos documentos da época, com o objetivo de melhor proteger os territórios conquistados além-mar, assim como não possibilitar o acesso aos conhecimentos adquiridos através de séculos de esforços e conquistas ultramarinas (BUGNI, 2018, p. 36).

Depois deste percurso dedicado às reflexões conceituais que dizem respeito ao enquadramento da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, da *Carta de Mestre João* e da *Relação do Piloto Anônimo* como documentos arquivísticos, sentimos a necessidade de dar uma guinada histórica que nos remetesse à vinda da Família Real para o Brasil, contexto no qual foi criada a Marinha Imperial Brasileira, com o objetivo de demonstrar como, ao longo do tempo, foram produzidos e organizados os documentos que formaram o seu acervo e suas tipologias. É o que veremos nas próximas seções.

4 DA MARINHA PORTUGUESA À MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA: HISTÓRIA, MEMÓRIA, ARQUIVOS E DOCUMENTOS

Os acontecimentos da Revolução Francesa e do período napoleônico têm relação direta com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Tais acontecimentos aumentaram a rivalidade entre França e Inglaterra refletindo na relação de Portugal com esses dois países. Instalou-se em Portugal uma divisão. Alguns, defendendo a aproximação com a França e outros, a boa relação estabelecida há séculos com a Inglaterra. Portugal mantinha-se neutro de forma a não desagradar a nenhum dos dois. Após a perda da cidade de Olivença devido a Guerra das Laranjas em 1801, e após Portugal ser obrigado a fechar os portos de seu país para embarcações inglesas, os portugueses, a fim de fugir do alcance de Napoleão, começaram a cogitar a proposta de mudança para o Brasil.

Em meados de 1807, após Portugal não cumprir as determinações de Napoleão de convocar seu embaixador que estava em Londres; expulsar o embaixador inglês de Lisboa; fechar os portos para navios ingleses; prender os ingleses em Portugal e confiscar os bens deles e, declarar guerra à Inglaterra, Napoleão ordenou o envio de tropas para invadir Portugal.

Em novembro, D. João autorizou o início dos preparativos de uma viagem ao Brasil e, na manhã de 29 de novembro de 1807, escoltados por 16 navios de guerra britânicos comandados pelo Contra-Almirante Sidney Smith, partia do Tejo a Monarquia portuguesa com destino a sua colônia na América. Numa viagem que se estendeu por 54 dias, além da própria Família Real e dos **documentos** de Estado portugueses, aqueles navios traziam 80 milhões de cruzados em ouro e diamantes que constituíram as reservas iniciais para o estabelecimento do Erário Real no Rio de Janeiro.

Lília Schwarcz (2017) dá a dimensão do que foi essa vinda para o Brasil:

Não eram, porém, indivíduos isolados que fugiam às pressas, carregando seus objetos preciosos, suas vaidades e receios. Era, sim, a sede do Estado português que mudava de endereço [...] seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais **seus arquivos** e funcionários. [...] enfim, o arsenal necessário para sustentar a dinastia e dar continuidade aos negócios do governo de Portugal. (SCHWARCZ, 2017, p. 215 grifo nosso).

Schwarcz (2017) ressalta ainda um ponto importante:

Entre as pratarias, joias, louças, livros, mapas, moedas, **documentos** de Estado e outros bens de valor que se conseguiu juntar nos navios que deixaram Lisboa em novembro de 1807, não constava uma remessa importante: os caixotes de livros, **documentos**, gravuras e outras preciosidades da Real Biblioteca. Na pressa, acabaram

ficando abandonados no porto, e lá permaneceram, debaixo de sol e chuva, até retornar ao Palácio da Ajuda. (SCHWARCZ, 2017, p. 283, grifo nosso).

No dia 22 de janeiro de 1808, a embarcação de D. João chegou a Salvador e no dia 28, o monarca já tomou a primeira medida que mudaria o curso da história brasileira: decretou a abertura dos portos às nações amigas.

Após uma breve estadia em Salvador, foi para o Rio de Janeiro, chegando lá no dia 8 de março. Por ocasião de sua chegada, dentre as ações desenvolvidas a fim de criar um ambiente de Monarquia aqui no Brasil, D. João instalou o Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos, que continuou a ter o mesmo regulamento, instituído em Portugal, pelo Alvará de 28 de julho de 1736, e nomeou para a pasta o antigo detentor do cargo, o português D. João Rodrigues de Sá e Menezes – Conde de Anádia.

Alguns meses depois, em outubro de 1808, o encarregado da Real Biblioteca da Ajuda, situada em Lisboa, Alexandre Antônio das Neves, informou a D. João sobre a situação da biblioteca, sobre as providências que já havia tomado e as que pretendia tomar para mantê-la a salvo. Neves relatou que apesar das investidas dos franceses para subtrair preciosidades, nenhum livro ou documento fora roubado, até aquele momento, das Reais Bibliotecas⁸. O encarregado da Real Biblioteca da Ajuda pediu que o acervo fosse despachado para a colônia e se ofereceu para levar pessoalmente ao Brasil.

A mesma notícia da feliz ventura da biblioteca foi dada por Cipriano Ribeiro Freire, D. Miguel Pereira Forjas e João Aristides Salter de Mendonça, membros da Junta de Lisboa, que escreveram ao príncipe, em 18 de outubro de 1808, dizendo que “Os palácios reais ficaram com muitas danificações, mas a Livraria Real do Paço da Ajuda com todos os seus papéis, ainda os mais secretos, sem a menor diminuição ou ruína” (SCHWARCZ, 2017, p. 285).

Sabendo do risco da nova investida de Napoleão:

[...] D. João, em 21 de janeiro de 1809, deu ordens para “irem encaixotando e embarcando a Livraria, papéis importantes do Paço, tudo de consideração, que se acha a cargo de José Diogo de Barros, o Real Arquivo da Torre do Tombo, o mais precioso das Reais Cavalariças, e tudo quanto for de consideração. (SCHWARCZ, 2017, p. 286).

⁸ O costume de utilizar os termos “Reais Bibliotecas” ou “Reais Livrarias” no plural, estava vinculado à existência de duas coleções, depositadas no mesmo acervo. A Real Biblioteca, propriamente dita, ia se constituindo de obras de temas variados: religião, história, filosofia, belas-artes e ciências naturais. Faziam parte desse primeiro acervo, também, atlas, obras impressas e manuscritas, partituras de música, desenhos, cartas geográficas, gravuras, estampas, algumas obras de arte, instrumentos de medição, moedas e medalhas. Já a segunda coleção [...] era mais conhecida sob o nome de “Infantado”, e compreendia uma série de livros consagrados à educação dos jovens príncipes e futuros dirigentes da nação.

Centenas de caixotes da Real Biblioteca, juntamente com papéis considerados como documentos sigilosos, começaram a ser transferidos para o Rio de Janeiro no início de 1810 em três levadas: uma viagem em 1810 e outras duas em 1811. Em novembro a Real Biblioteca estava novamente reunida em solo brasileiro. Trazê-la para manter junto da Coroa portuguesa (proprietária e entidade produtora), já demonstrava um cuidado com um acervo documental, o que nos remete à um princípio que deriva do **Princípio da Proveniência**: o **Princípio arquivístico da Proveniência Territorial** ou **Princípio da Territorialidade** segundo o qual: “[...] arquivos deveriam ser conservados em serviços de arquivo do território no qual foram produzidos, excetuados os documentos elaborados pelas representações diplomáticas ou resultantes de operações militares” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

Em seu estudo sobre trajetórias e definições da territorialidade, Corrêa e Marques (2016) entendem territorialidade para além de delimitações geográficas, já que ações de influência podem transpor barreiras físicas, uma vez que as ações humanas e sociais moldam o território, transformando-o.

Alguns anos se passaram e com a queda de Napoleão os portugueses esperavam que seu rei retornasse para Portugal e trouxesse a Corte de volta para Lisboa. Assim, em 26 de abril de 1821, retornou o Rei D. João VI a Portugal e se transferiu com todas as Secretarias de Estado (ministérios) a ele subordinadas, inclusive a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Com medo de perder suas prerrogativas de soberano absoluto, nomeou D. Pedro de Alcântara, seu primogênito, como príncipe regente do Reino do Brasil, que passou a sofrer pressão, vinda da Corte de Portugal, para que regressasse a Lisboa. Contudo o príncipe declarou que não cumpriria as ordens de regresso à Portugal e se posicionou oficialmente em 9 de janeiro de 1822, protagonizando a data que ficou conhecida como o Dia do Fico.

Posteriormente, após novas pressões, D. Pedro proclama a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822 e nomeia um novo Gabinete de Ministros do Brasil independente sob a liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva, que defendia a emancipação do Brasil sob uma monarquia constitucional encabeçada pelo Príncipe Regente. Bittencourt (2006, p. 67) afirma que “Para concretizar a nossa Independência e levar a todos os recantos do litoral brasileiro a notícia do dia 7 de setembro, foi necessário organizar uma força naval capaz de atingir todas as províncias, e fazer frente aos focos de resistência à nova ordem”.

Por via marítima, em um extenso litoral de mais de sete mil quilômetros, as províncias litorâneas, onde estava concentrada a maior parte da população e da força produtiva brasileira, se interligavam e comercializavam seus produtos. Assim, na perspectiva do Ministro José

Bonifácio de Andrada e Silva, somente com o domínio do mar conseguiriam manter a unidade territorial brasileira. Na sua visão era necessário a constituição de um poder naval expressivo, uma esquadra, para impedir que os reforços enviados por Portugal chegassem aos portos das cidades brasileiras ocupadas pelos portugueses.

Dessa necessidade, nasceu então a Marinha Imperial Brasileira. Inicialmente, foi composta por Oficiais e Praças da Marinha portuguesa que aderiram à Independência e pelos navios, em mau estado de conservação, que tinham sido deixados no Porto do Rio de Janeiro pelos portugueses. Do gabinete ministerial constituído, fez parte o Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira, um dos poucos naturais do Brasil que alcançaram postos mais altos na Marinha portuguesa, exercendo posteriormente o cargo de Ministro da Marinha, sendo o primeiro brasileiro a assumi-lo.

Formar uma Marinha essencialmente nacional no que diz respeito ao quadro de pessoal foi um desafio. A pequena presença de brasileiros em atividades ligadas ao mar configurou-se como um problema a ser resolvido. Para preencher as lacunas encontradas nos corpos de Oficiais e Praças, foram contratados estrangeiros experientes e remanescentes da Marinha inglesa. Dentre eles, o governo imperial brasileiro contratou Lorde Thomas Cochrane, um brilhante e experiente oficial de Marinha inglês, como Comandante-em-Chefe da Esquadra.

Muitos desafios foram impostos à Esquadra Imperial Brasileira, a fim de atender os interesses da ex-colônia. Ainda no período colonial, a presença de uma força naval foi dominante na expulsão dos invasores europeus, participação que, de forma efetiva nas lutas pela Independência do Brasil permitiu que, do território da colônia de Portugal na América, emergisse um país extenso.

Nesse meio tempo temos o primeiro indício sobre organização de acervos navais. Em 13 de janeiro de 1834, foi deliberado um Decreto que regulamentou os Arsenais da Marinha do Império. Em seu capítulo VII, artigo 18, o Decreto dá origem ao Cartório da Contadoria do Arsenal da Corte para atuar como **arquivo geral** da repartição onde deveriam ser depositados, cômoda e seguramente, os livros e papéis concluídos de todas as diferentes estações de arrecadação da Fazenda da Marinha.

Em 1842 por meio do Decreto nº. 114, de 04 de janeiro, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha a qual constava na sua estrutura um Cartorário que tinha sob sua responsabilidade a guarda de todos os papéis e livros produzidos pela Secretaria. Em 1844, o Decreto nº. 351, de 20 de abril, manda pôr em execução o plano para reforma da referida Secretaria, em seu capítulo II, art. 13, dispõe sobre o assunto da seguinte forma:

O Cartório terá a seu cargo a guarda de todos os papéis e livros da Secretaria já concluídos assim a sua Livraria: não dará para fora livro algum, e mesmo qualquer papel, sem ordem do Oficial Maior; terá um livro, onde lançará tudo quanto sair do Cartório, declarando por que ordem saiu, e qual o destino, e quando tornar a entrar, fará no assento da saída a competente declaração da entrada. Os ofícios e mais papéis do ano findo serão emaçados, contendo cada maço o inventário do que nele existe: neste inventário deve indicar-se o número do ofício, sua data, de quem, e qual o contexto mui resumidamente, e tudo será conservado com asseio e ordem [...]”. (BRASIL, 1844).

Reitz (2008, p. 24) afirma que:

É possível que a administração naval tivesse a incumbência de provar seus atos, tais como a arrecadação realizada pelas estações fazendárias. Tão logo os documentos cumprissem sua função junto aos administradores, deveriam ser remetidos à guarda no arquivo do Cartório da Contadoria, por precaução.

Consoante o Decreto nº 2.359 de 19 de fevereiro de 1859, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha foi reorganizada, abolindo-se, desde então, os termos Cartório e Cartorário, que foram substituídos por **Arquivo** e **Arquivista**. Para Reitz (2008), “este ato pode ser considerado o germe precursor da origem do Arquivo da Marinha enquanto instituição, ou seja, a centelha que acendeu o interesse pelo seu surgimento”.

Estruturalmente, a Marinha passou por diversas modificações. No período Republicano, mais precisamente em 1891, devido à reorganização dos serviços da administração federal, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos foi elevada a Ministério da Marinha. Finalmente em 1999, assumiu a denominação atual de Comando da Marinha, subordinado ao Ministério da Defesa. Sua missão é referendada ao artigo 142 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 97/99, e consiste em:

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa. (MARINHA DO BRASIL, 2022).

5 “PRESERVAR A MEMÓRIA PARA CONSTRUIR A HISTÓRIA”: O ARQUIVO DA MARINHA DO BRASIL

Conforme já mencionado, em sua chegada ao Rio de Janeiro em 1808, D. João, objetivando reunir condições estruturais de governabilidade, instalou órgãos públicos como Ministérios, Tribunais, Secretarias, repartições e criou Instituições como a Casa da Moeda, o Hospital de Marinha, a Fábrica de Pólvora, o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, o Teatro Real, a Real Academia Militar, dentre outros. Nessa mesma perspectiva foi criado em abril de 1808 no Ministério do Estado, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o **Real Arquivo Militar**⁹, por meio de um Decreto Real.

À medida que os serviços navais iam evoluindo, foram sendo criadas outras repartições tendo cada uma o seu arquivo próprio. Posteriormente, em 1907 por meio do Decreto nº. 6.510 de 11 de junho, é criada a **Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha**. Esse Arquivo era destinado “à guarda e conservação de todos os documentos remetidos pelas inspetorias navais e diretorias”. Ainda nesse Decreto é estabelecido o pessoal para compor a referida Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha (estipulando que um **arquivista** e um **subarquivista** fizessem parte deste quadro) bem como o vencimento mensal do pessoal (onde verifica-se os vencimentos para esses dois profissionais), além de suas obrigações. Ao sub-arquivista cabia auxiliar o arquivista em todas as suas atribuições e a responsabilidade pelos extravios e estragos, que, por negligência, se dessem no Arquivo. Faz-se mister tal explicação devido ao fato da não existência da terminologia no momento atual.

Em 1943, foi criada uma Organização Militar denominada **Serviço de Documentação da Marinha (SDM)** que integrou a Biblioteca da Marinha, a Seção de História Marítima do Brasil, o Arquivo da Marinha e a Revista Marítima Brasileira já existentes, com a função de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha do Brasil.

A primeira aparição de registro sobre arquivistas no quadro de pessoal do até então Ministério da Marinha **no âmbito de todas as organizações que a compõe**, data de 11 de maio de 1945. Ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 7.544, que dispõe sobre as carreiras de Arquivista, dos Ministérios da Marinha e das Relações Exteriores, e dá outras providências. Com isso pode-

⁹ Criado para reunir, produzir e conservar, em bom estado, todos os mapas topográficos e cartas marítimas do Brasil e dos domínios ultramarinos portugueses que fossem de interesse e uso os ministérios e do Regente lusitano. Para organizar o Real Arquivo Militar foi nomeado como Diretor, o Coronel João Manoel da Silva, Inspetor do Real Corpo de Engenheiros, em função disso, o Real Arquivo Militar esteve ligado ao Corpo de Engenheiros do Exército até o início do século XX. Em 1934, o Arquivo foi transformado em Organização Militar subordinada ao Departamento Central da Secretaria de Estado da Guerra e em 1986, recebeu a denominação de **Arquivo Histórico do Exército**.

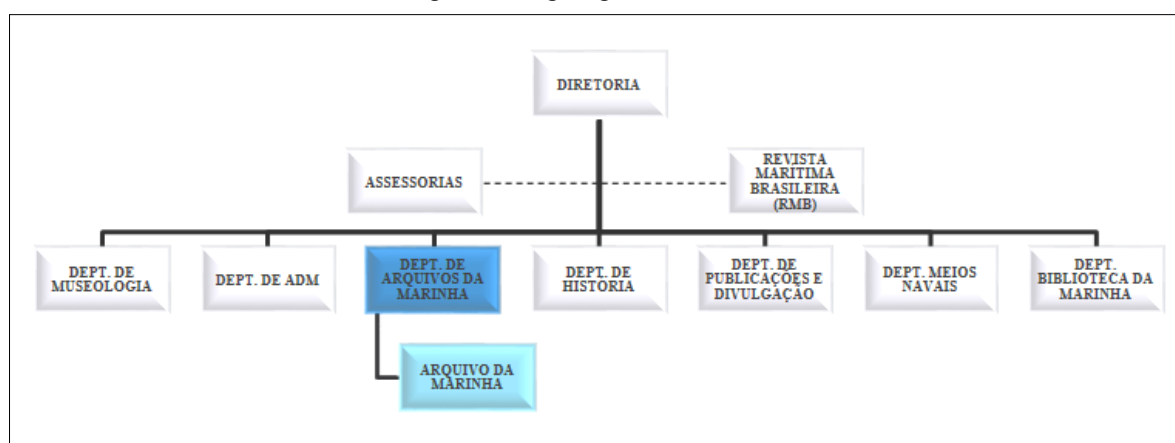
se afirmar que em 1945 foi criada, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a carreira de Arquivista, sendo este um Servidor Civil.

A partir de 1952, os serviços administrativos do Ministério da Marinha foram reorganizados e criada a Secretaria-Geral da Marinha (SGM). Por cerca de um ano, o Arquivo da Marinha, junto com a Biblioteca, passa a ser uma Divisão pertencente ao Departamento de Administração dessa Secretaria. Desde então diversas modificações foram realizadas até que em 1º de julho de 2008 o Serviço de Documentação da Marinha por meio de uma Portaria, passou a denominar-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)¹⁰.

A DPHDM tem a missão de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Força Naval, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira. Para tanto a DPHDM está organizada em Assessorias e em Departamentos referentes à atividade-fim desta Organização Militar. Assim, o Arquivo da Marinha que está localizado no Complexo Naval da Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, é gerido pelo Departamento de Arquivos da DPHDM e suas atividades são voltadas para a Gestão e a Preservação Documental.

Para melhor visualização do Arquivo da Marinha na estrutura organizacional da DPHDM, apresentamos o organograma a seguir (Figura 6):

Figura 6 - Organograma da DPHDM



Fonte: Elaborado pela autora baseada nas informações constantes na página da intranet da DPHDM.

O Arquivo da Marinha é uma Instituição Arquivística Pública e seu acervo é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) por meio

¹⁰ A partir de agora, para evitar repetições, será utilizado DPHDM ao invés de Diretoria de Patrimônio Histórico e Documental da Marinha.

da Lei ordinária nº 9.559 de 12 de janeiro de 2022. O Arquivo tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso aos documentos para o público em geral. Tem ainda a responsabilidade de acompanhar e implementar a Política Nacional de Arquivos no âmbito da Marinha do Brasil (MB)¹¹.

A MB é instituição militar cuja missão resumida é preparar e empregar o Poder Naval a fim de contribuir para a Defesa da Pátria. Diante de sua missão, suas ações e operações são constantemente documentadas gerando arquivos, ou seja, seu patrimônio documental consiste não apenas nos documentos que já foram denominados históricos, mas também nos documentos administrativos e aqueles relativos à operações que poderão se tornar um legado da História Naval.

5.1 O ARQUIVO DA MARINHA - ACERVO E TIPOLOGIAS

A política de arquivamento da MB é centralizada e toda documentação gerenciada, por cerca de 450 OM da Marinha no país e no exterior, é recolhida para um único depósito. Dessa forma, o Arquivo da Marinha, congrega sob a sua custódia a documentação proveniente das OM que, anualmente, transferem documentos para o Arquivo.

O acervo do Arquivo da Marinha está constituído de documentos referente aos assuntos de seus militares e de fundos das OM¹² (escritórios e navios) que contemplam: histórico, operações, viagens, cerimônias, e ainda, os fundos de personalidades navais e de documentos administrativos. O quadro 1, demonstra a composição do acervo documental sob a sua custódia:

Quadro 1 - Composição do acervo documental do Arquivo da Marinha

COMPOSIÇÃO DO ACERVO	DESCRIÇÃO
ARQMAR	Documentos que registram as atividades administrativas e operativas da MB.
Relatórios	Documentos que registram ocorrências de fatos, projetos estudos referentes às atividades da MB.
Personalidades	Documentos pessoais de militares e autoridades com destaques na MB.
Obras raras	Documentos raros, alguns manuscritos de grande valor histórico-cultural.
Documentos administrativos	Arquivo com predominância de documentos intermediários oriundos do exercício das atividades-meio da Marinha e consultados periodicamente.
Documentos de assentamento da Diretoria de Pessoal Militar da Marinha, Comando do Pessoal de Fuzileiros	Caderneta de Registro, Folha de Alteração de Oficiais.

¹¹ A partir de agora, para evitar repetições, será utilizado MB ao invés de Marinha do Brasil.

¹² A partir de agora, para evitar repetições, será utilizado OM ao invés de Organização (ões) Militar (es).

Navais e Diretoria de Saúde da Marinha	
Legislação	Boletins, Atos do Ministro, Decretos, Leis do Brasil, Diário Oficial da União, e demais publicações normativas.
Acervos em suportes especiais	Fotografias, gravuras, microfilmes, CD, DVD e fitas de vídeo referentes às atividades desenvolvidas pelas OM da MB.
Transgressões e contravenções disciplinares	Auto de sindicância, conselho de disciplina, conselho de justificação, Inquérito Policial Militar.

Fonte: Elaboração da autora baseada em informações contidas na Ordem Interna 30-01B - Funcionamento do Arquivo da Marinha.

Baseando-se nesses documentos, o Arquivo da Marinha emite certidões comprobatórias para fins legais. No ano de 2012 a Marinha do Brasil propôs um compromisso para que fosse realizada uma Parceria para o Governo Aberto¹³, que previa a criação de uma Base de Dados que disponibilizasse o acesso aos documentos produzidos pelas Organizações Militares e transferidos para o Arquivo da Marinha a partir do ano de 2014. Tal proposta obteve a ratificação de todas as instâncias governamentais e da sociedade civil.

A partir de então, os profissionais do Arquivo da Marinha fizeram a descrição das Organizações Militares da MB, contendo o histórico e a descrição das atividades desenvolvidas, sendo atividades-meio, atividades-fim e documentos especiais (fotos, filmes, heráldica, microfilmes e som).

A documentação sob a custódia do Arquivo da Marinha tem acesso irrestrito para os documentos ostensivos, sendo restrito aos documentos que possam comprometer a intimidade, a vida privada, honra e a imagem das pessoas, bem como as liberdades e garantias individuais, conforme disposto na Lei nº 8.159/1991, no art. 2º do Decreto nº 4.073/2002 e na Lei nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012. A DPHDM/Arquivo da Marinha publica, em seus sítios na internet/intranet, os procedimentos e meios para acesso aos documentos de seu acervo. Além disso, por meio de uma plataforma de descrição e acesso, disponibiliza ao consulente a possibilidade de realizar o *download* dos objetos digitais bem como acessar o contexto histórico no qual este encontra-se inserido.

A Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), estabelece que órgãos e entidades públicas divulguem informações de interesse coletivo, salvo aquelas cujo sigilo previsto no texto legal impeça a sua disseminação por intermédio de todos os meios disponíveis

¹³ A **parceria para Governo Aberto** ou OGP (do inglês *Open Government Partnership*) é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública, à participação social, à melhoria da prestação de serviços públicos e ao fortalecimento da integridade.

e, obrigatoriamente, em sítios da internet. Diante disso, a Marinha se adequou aos dispositivos da LAI implementando o Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Marinha do Brasil (SIC-MB), subordinado ao Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM).

Desse *corpus* documental apresentado, pode-se perceber a necessidade do comprometimento a fim de manter viva a memória naval brasileira.

5.2 O ARQUIVO DA MARINHA E A PRESERVAÇÃO

Um das missões ou atribuições da Arquivologia é manter a integridade dos documentos ao longo do tempo de forma a assegurar o seu acesso futuro. Assim, são aplicadas técnicas apropriadas com o objetivo de prolongar a vida útil dos suportes de informação. Essas técnicas envolvem a prevenção ou conservação preventiva. Para tanto, são estabelecidas as medidas de preservação.

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005, p. 135) afirma que a “preservação consiste na prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico”.

No âmbito da Marinha, a Preservação Documental é uma atividade específica do Arquivo, pois é a única OM que tem a missão de guardar os documentos de valor histórico, cultural ou científico da administração naval. Tal atividade é de competência da Seção de Conservação, Preservação e Restauração cujas responsabilidades de acordo com o Regimento Interno da DPHDM são:

I - planejar, coordenar e executar as ações relacionadas a higienização, conservação preventiva, restauração de documentos, monitoramento ambiental nos depósitos de guarda de acervo, vistorias para o controle de infestações de insetos e microrganismos e desenvolvimento de modelos de embalagens para acondicionamento do acervo, e;

II - desenvolver pesquisas nas áreas de conservação, preservação e restauração de documentos.

A DPHDM através do Departamento de Arquivos, disponibiliza em seu sítio da intranet um Manual que aborda procedimentos de preservação e higienização baseados nas recomendações do Conselho Nacional de Arquivos e nas orientações advindas da Associação de Arquivistas de São Paulo.

5.3 O ARQUIVO DA MARINHA E A GESTÃO ARQUIVÍSTICA

O Arquivo da Marinha tem, dentre outras, as atribuições da custódia, do processamento técnico, da preservação e do acesso aos documentos para o público em geral. Atua como Arquivo Central e como Orientador Técnico da Gestão de Arquivos no âmbito da MB.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e define gestão de documentos como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Sabemos o quão complexa e ampla é a estrutura organizacional da Marinha, diante disso podemos mensurar o quão impraticável seria um gerenciamento centralizado dos arquivos navais. Assim, a gestão documental, na fase corrente, é executada pelas próprias Organizações Militares (OM), referenciada por normas e procedimentos padronizados que as orientam. Já a partir da fase intermediária até a fase permanente da documentação produzida por toda a MB, o gerenciamento, bem como o arquivamento, passa a ser executado pela DPHDM/Arquivo da Marinha.

Uma das funções do processo de gestão de documentos de arquivo é a classificação. De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005, p. 49), classificação é a “Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo”. Todos os documentos produzidos ou recebidos pela MB são classificados de acordo com os Códigos de Classificação de Documentos de Arquivo (CCDA) dispostos na Portaria do Arquivo Nacional nº 47, de 14 de fevereiro de 2020, que trata dos assuntos relacionados às Atividades-Meio do Poder Executivo Federal, e a Portaria AN/MJ nº 154, de 18 de outubro de 2013, que trata das Atividades-Fim do Ministério da Defesa.

Outra atividade importante da gestão documental é a avaliação. Consiste num processo de análise dos documentos arquivísticos, visando estabelecer prazos de guarda e de destinação, de acordo com os códigos que lhe são atribuídos nas Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD)¹⁴ dispostas nas mesmas Portarias citadas acima.

A MB utiliza duas Tabelas: uma referente às **Atividades-Meio**, aquelas que não correspondem à atividade principal da instituição, assim como aquelas relacionadas à

¹⁴ A partir de agora, para evitar repetições, será utilizado TTDD ao invés de Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos.

administração de pessoal, material e finanças. Como exemplo temos os documentos atinentes à gestão de materiais e à gestão de bens patrimoniais e de serviços; e outra tabela referente às **Atividades-Fim** do Ministério da Defesa, que são atividades desenvolvidas em decorrência da finalidade para a qual a Marinha foi criada elencando todos os assuntos atinentes às atividades operativas e de logística, à documentação da Esquadra, às atividades técnica e de pesquisa militar e científica. Nas Organizações Militares, os documentos quando são produzidos são avaliados conforme subdivisões numéricas dispostas na TTDD de acordo com o assunto do documento.

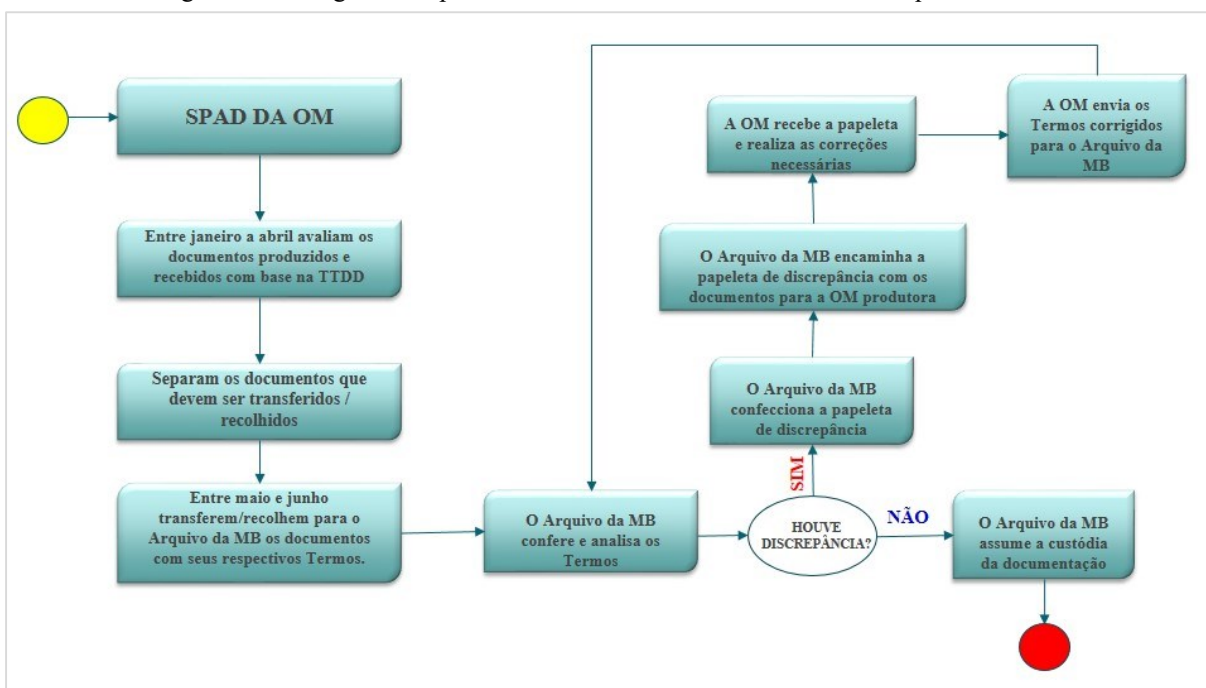
Diante da complexidade estrutural da MB e para facilitar o processo de avaliação, foram criadas as Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos (SPAD)¹⁵, que se reúnem anualmente no período de janeiro a abril, com o propósito de realizar as avaliações dos documentos nas OM, usando como referência os seguintes instrumentos: Código de Classificação e TTDD relativos às Atividades-Meio e Atividades-Fim respectivamente do Poder Executivo Federal e do Ministério da Defesa. As ações das SPAD são normatizadas e orientadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), sendo esta composta por militares designados em Portaria do Estado-Maior da Armada (EMA).

Após a seleção e ordenação dos documentos pelas SPAD, todos os documentos originais transmitidos e recebidos extra-MB, assim como seus anexos e apensos a serem transferidos/recolhidos, deverão ser organizados, higienizados e acondicionados, bem como acompanhados do respectivo Termo de Transferência/Recolhimento de Documentos, onde constará o registro das informações pertinentes aos mesmos, permitindo a sua identificação e controle. Tais documentos e seus respectivos termos são enviados para o Arquivo da Marinha, por meio de um Sistema de Controle de Correspondências (SISPOSTAL) exclusivamente no período de maio a junho.

Para melhor visualização do processo de transferência/recolhimento de documentos arquivísticos na MB, veremos a seguir um fluxograma (Figura 7):

¹⁵ A partir de agora, para evitar repetições, será utilizado SPAD em vez de Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos.

Figura 7 - Fluxograma do processo de transferência/recolhimento - Arquivo da Marinha.

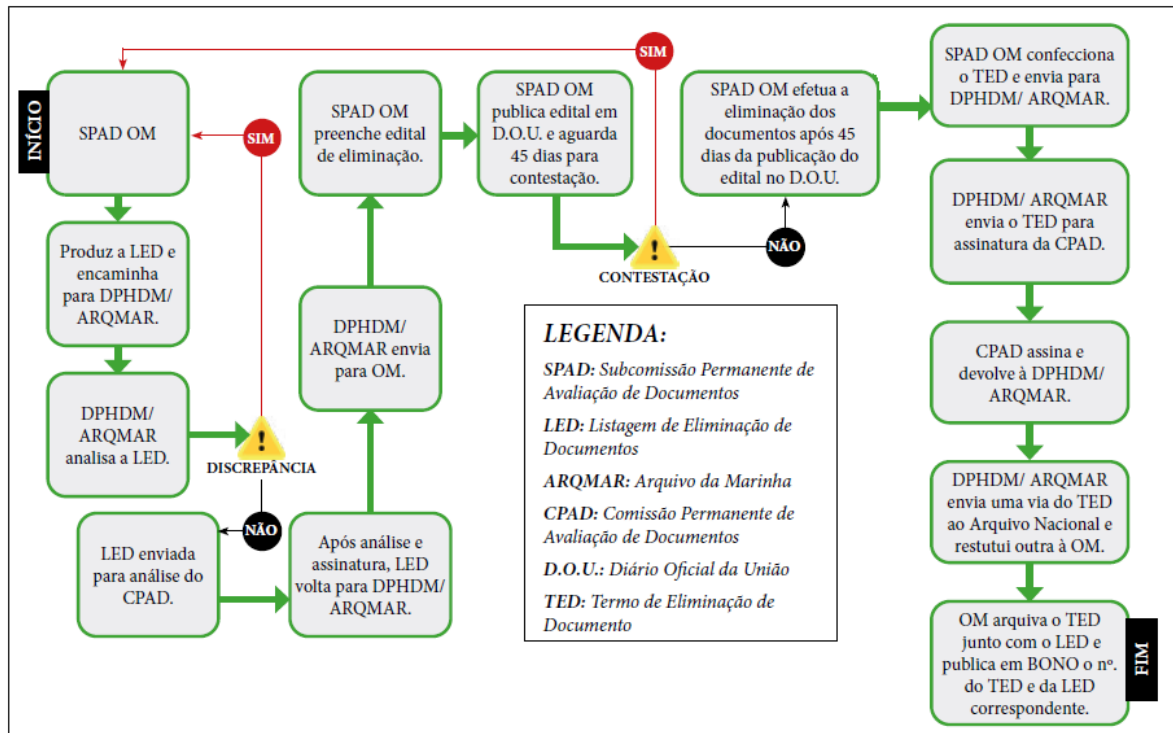


Fonte: Elaboração da autora baseado na Norma para Gestão Arquivística SGM-503¹⁶ Rev. 2 disponível na intranet da MB.

Após ter cumprido os prazos das fases corrente e intermediária definidos nas TTDD um documento é passível de eliminação. Na figura 8, veremos um fluxograma do processo de eliminação de documentos arquivísticos no âmbito da MB:

¹⁶ SGM-503 Rev. 2 é uma publicação ostensiva que tem o propósito de orientar as Organizações Militares da Marinha do Brasil sobre a Gestão de Documentos, em suporte analógico e digital, por meio do estabelecimento de normas e procedimentos específicos.

Figura 8 - Fluxograma do processo de eliminação de documentos - Arquivo da Marinha



Fonte: Parte 1 do Manual de Gestão Arquivística da DPHDM - Procedimentos para eliminação de documentos Arquivísticos.

Dessa forma a instituição garante uniformização de procedimentos e eficiência na recuperação da informação. Essas medidas de controle e acompanhamento contribuem para a transparência, a desburocratização da instituição, a legalidade dos atos administrativos e a destinação dos documentos.

6 Ô MARINHEIRO, MARINHEIRO SÓ... OU ARQUIVISTA TAMBÉM??

Diante das especificidades, da dimensão e do valor da documentação produzida e gerida pela MB, fica claro que a Instituição ao longo do tempo vem preconizando a necessidade de pessoal que, além de militares sejam profissionais arquivistas aptos e capacitados a desenvolverem as atividades atinentes à sua profissão com o objetivo de fazer o Arquivo da Marinha cumprir todos os seus objetivos. Embora seja de conhecimento de poucos, a MB disponibiliza concurso para o ingresso, em suas fileiras, de arquivistas como militares de carreira.

A atuação desses profissionais é de suma importância pois seus conhecimentos técnicos contribuem de forma imprescindível no treinamento contínuo das equipes envolvidas na gestão de documentos. Diante disso, entende-se a necessidade da realização de processos seletivos/concursos para convocação de arquivistas para atuarem na MB.

Como militar de carreira, o ingresso de arquivistas na MB é possível por meio do Concurso Público para o Quadro Técnico do Corpo Auxiliar (CP-T). O referido Quadro destina-se ao preenchimento de cargos técnico-administrativos que visam às atividades de apoio técnico e às atividades gerenciais e administrativas em geral, além das atividades inerentes à carreira militar.

Todo cidadão, após ingressar na MB, prestará compromisso de honra, no qual firmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los. A ascensão na hierarquia militar, fundamentado principalmente no valor moral e profissional, é seletiva, gradual, sucessiva e será feita mediante promoções, em conformidade com a legislação e atendidos os requisitos constantes do Plano de Carreira de Oficiais da Marinha.

O candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas realizará o Curso de Formação de Oficiais (CFO), no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), localizado na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, que tem o objetivo de preparar o candidato para o exercício de funções em Organizações Militares da Marinha, localizadas em qualquer Unidade da Federação, de acordo com as suas qualificações e atendendo à conveniência do serviço, por meio da necessária instrução Militar-Naval.

A carreira do Quadro Técnico do Corpo Auxiliar compreende os seguintes postos: Primeiro-Tenente, Capitão-Tenente, Capitão de Corveta, Capitão de Fragata e Capitão de Mar e Guerra. Como benefícios da carreira pode-se citar: Perspectiva de crescimento profissional, plano de carreira bem definido, possibilidade de ascensão contínua com aumento de salários

proporcionais, estabilidade após cinco anos de serviço e proventos semelhantes aos da ativa quando estiver na reserva.

O primeiro ano que foi ofertada a vaga para a profissão arquivista no Concurso Público para Ingresso no Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha foi 1998. Desde então apenas em 2002, 2005, 2014 e 2015 foram ofertadas novamente oportunidades para o referido profissional e todos os editais com disponibilidade de apenas uma vaga em cada ano.

Pertencentes a esse quadro, a Marinha dispõe de quatro arquivistas no serviço ativo: três lotados na DPHDM e um na Diretoria de Pessoal Civil da Marinha (DPCvM). Importante ressaltar que dos quatro militares, três são mulheres. No quadro 2 a seguir é possível visualizar as funções exercidas atualmente bem como as principais competências dos setores aos quais pertencem esses profissionais:

Quadro 2 - Funções exercidas pelos arquivistas atualmente e principais competências dos setores aos quais pertencem.

ORGANIZAÇÃO MILITAR DE LOTAÇÃO DO PROFISSIONAL	FUNÇÃO EXERCIDA	PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS:
Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)	Chefe do Departamento de Arquivo da Marinha	<p>DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVOS Supervisionar: - Recebimento, conferência, descrição em base de dados, o arquivamento e a preservação dos documentos considerados de interesse da MB, independentemente de seu suporte; - O cumprimento da legislação vigente e das normas da MB sobre documentação, no que se refere a transferência e recolhimento de documentos à DPHDM; - A execução da microfilmagem do acervo de documentos sob a custódia do Arquivo da Marinha; - O controle do acervo sob sua guarda; - A descrição dos documentos recolhidos anualmente de todas as OM da MB para a custódia no Arquivo, e; - Sugerir política de gestão de documentos adequada à realidade da MB e compatível com as necessidades de disseminação das informações com eficiência.</p>
	Encarregado da Divisão de Acesso à Informação	<p>DA DIVISÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Supervisionar: - A elaboração dos instrumentos de pesquisas da Divisão de Processamento Técnico arquivístico; - A difusão do patrimônio documental da MB para o público externo. - Orientar o acesso e a expedição de informações referentes aos consulentes de acordo com as legislações em vigor no País;</p>
	Encarregado da Divisão de Microfilmagem	<p>DA DIVISÃO DE MICROFILMAGEM: Supervisionar: - A conferência, inserção em base de dados, arquivamento e a preservação dos documentos micrográficos, sob a custódia do Arquivo da MB; - Coordenar a programação, a execução e a realização dos serviços de microfilmagem de documentos às OM cadastradas; e - Elaborar e manter as estatísticas de produção da Divisão de Microfilmagem.</p>
Diretoria de Pessoal Civil da Marinha (DPCvM)	Ajudante do Departamento de Inativos e Pensionistas/Coordenadora do Projeto de Assentamento Funcional Digital	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisionar as atividades relacionadas com aposentadoria, inatividade e pensão; e - Coordenar a execução do Projeto de Assentamento Funcional Digital no âmbito da DPCvM.

Fonte: Elaboração da autora baseada no Regimento Interno da DPHDM e da Diretoria de Pessoal Civil da Marinha (DPCvM).

Dos quatro militares arquivistas, três tiveram formação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e um na Universidade Federal Fluminense (UFF). O arquivista mais antigo, (aquele que ocupa o maior posto de um arquivista no serviço ativo da Marinha na presente data), é uma Capitão de Fragata do corpo feminino, ingressante em 1998. A referida militar atua como Vice-Diretora da DPHDM e Chefe do Departamento de Arquivos da Marinha.

Apesar do exposto, a frequência com que são disponibilizadas vagas para arquivistas, ainda é muito baixa, bem como a quantidade de vagas, fazendo com que existam poucos profissionais da área atuando numa Instituição possuidora de material arquivístico tão rico para ser trabalhado e explorado. É mister compreender que o patrimônio documental da Marinha do Brasil é parte essencial do patrimônio documental brasileiro.

7 CONCLUINDO: TERRA À VISTA

Ao iniciar este trabalho, desancoramos e partimos em busca de respostas para as questões levantadas. Agora, finda a nossa derrota¹⁷, partilhamos os resultados alcançados.

Nosso ponto de partida foi o panorama histórico da arte da navegação desde a pré-história quando o homem, movido pelo instinto de sobrevivência, transformou materiais que flutuavam sobre a água em meio de transporte para viabilizar a pesca até o século XVI, quando a arte de navegar já tinha evoluído o suficiente ao ponto de possibilitar empreitadas arriscadas, oceano adentro, e estabelecer intercâmbio comercial e cultural entre povos além da descoberta de novas civilizações e continentes.

Avançamos com a análise do fluxo de informação gerado a partir dos acontecimentos resultantes da expedição que, comandada por Cabral, descobriu o Brasil. Percebemos que, conforme afirma Vieira (2013), sem o registro do observado não existiria troca de informações, nem mapas, nem conquistas, nem um novo mundo. Aconselhados, fomos em busca da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, da *Carta de Mestre João* e da *Relação do Piloto Anônimo*, documentos que têm relação direta com o evento que os originou e que buscaram registrar, testemunhar e chamar à lembrança os fatos ocorridos. Dessa forma os três documentos foram por nós considerados **documentos arquivísticos** referendadas que fomos pela perspectiva de Rondinelli (2011), quando afirma que o documento arquivístico tem base física e tem por função testemunhar as atividades desempenhadas por pessoas físicas e jurídicas. Além disso, são documentos que obedecem ao **Princípio Arquivístico da Proveniência**, no momento em que, apesar de terem sido produzidos em função de atividades exercidas por diferentes sujeitos com o mesmo objetivo, o de notificarem ao Rei de Portugal sobre a nova terra descoberta, tratava-se de sujeitos ligados à uma **mesma entidade produtora**: a Coroa portuguesa.

Subsidiada por vasta pesquisa bibliográfica que nos proporcionou navegar pela história, alcançamos os objetivos propostos ao entendermos os fatores que determinaram a produção documental que deu origem ao Arquivo da Marinha bem como seu papel na preservação da memória da Marinha do Brasil. A abordagem qualitativa que fizemos nos permitiu que progredíssemos até chegarmos na consecução do propósito de discorrer sobre a origem do Arquivo da Marinha remetendo a origem do seu acervo inicial e comprovar sua importância para a Instituição até os dias atuais.

No momento em que, como estudante de Arquivologia, justifiquei a escolha pelo tema

¹⁷ **Derrota** - vem do francês *déroute*, que significa rota, caminho. Na navegação seu significado é de percurso, caminho que o navio vai percorrer.

desta pesquisa, vislumbrei a possibilidade de utilizar o privilégio de fazer parte do quadro de militares da Marinha para investigar um pouco mais a fundo sobre a Organização Militar que custodia esse acervo. Foi, ao levantar as questões que nortearam esta pesquisa: Qual a gênese da produção documental que resultou na formação do Arquivo da Marinha do Brasil? Qual o papel desse Arquivo na conservação da memória da Instituição? e ao tentar respondê-las, que pude perceber que a trajetória da Marinha Brasileira e a construção do Brasil navegam a contrabordo¹⁸ demonstrando o poder naval na formação do país. Assim se desenvolveu este trabalho.

Não foi difícil descobrir que essa tarefa cabe à DPHDM. Ela é a Organização Militar responsável pela salvaguarda do patrimônio histórico e documental de toda a Marinha do Brasil.

Essa pesquisa nos permitiu compreender ainda mais sobre o patrimônio arquivístico do Brasil bem como da Marinha do Brasil e sobre a sua dimensão, que consiste em muito mais que os documentos e registros originados da Marinha de outrora. Tal patrimônio é formado também por aquele Ofício, aquela Comunicação Padronizada, aquela Portaria que tramitam diariamente registrando as decisões em curso, as operações realizadas e que percorrem fluxos burocráticos da documentação cotidiana. Essa documentação, gerada em tempos atuais, representará em algum momento do futuro o legado da História Naval, o que não se distancia do que diz Bellotto (2005, p. 27) quando afirma que “a História se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo...”

Após percorrer uma longa trajetória embasada em incontáveis referências bibliográficas...**Terra à vista!** Evidenciamos o surgimento dos arquivos navais brasileiros e até mesmo, através de Portarias e Leis, o início da atuação de um profissional arquivista no quadro da Marinha do Brasil, o que nos permite chegar à conclusão de que já existia, desde o seu nascedouro, uma preocupação com o arquivamento dos papéis que descreviam as ações da administração naval o que corrobora com perspectiva de Reitz (2007, p. 32) quando afirma que o Arquivo da Marinha “surgiu de um processo evolutivo, resultado da consciência sobre a importância em se consolidar um espaço de guarda da memória naval”.

Outra percepção que este estudo me proporcionou ter, foi a de que a palavra de ordem da DPHDM é preservação. Essa missão é realizada de forma criteriosa para que a reverência ao passado transmita uma verdade próxima do testemunhal. Para tanto é necessário evitar o manuseio do acervo, assim desde 1985 o Arquivo Marinha realiza um minucioso trabalho de microfilmagem dos documentos sob sua custódia resultando em números impressionantes de

¹⁸ **Contrabordo** - Situação em que uma embarcação encosta em outra.

páginas microfilmadas. A preservação adequada de acervos arquivísticos permite que a História seja contada pois possibilita que as rotas traçadas sejam menos passíveis de fugir à História.

Ao pesquisar, analisar e conhecer este patrimônio, concluo este trabalho com o sentimento e a certeza de que, como cidadã, profissional da informação e militar da Marinha devo exaltar a importância do seu Arquivo, dos seus documentos arquivísticos e de seus militares, sobretudo os arquivistas, que ingressaram com a missão de além de servir a Pátria, preservar e manter o patrimônio documental que a eles é delegado gerir e preservar.

Ressalto ainda, que esta pesquisa resulta em um estudo não definitivo que busca dar conhecimento e contribuir para a discussão, tanto no meio acadêmico, como da própria Marinha, sobre arquivos de instituições brasileiras que sob sua guarda abrigam histórias, memórias, documentos sobre nós, sobre nossa história, sobre a história do nosso país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Guilherme Mattos de et al. **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/514567983/Uma-Sintese-Historica-Ilques>. Acesso em: 04 mar. 2022.
- ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e; SILVA, Léo Fonseca e. **Fatos da história naval**. 2.ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. 184p. ISBN 8570470746. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/00000b/00000bd4.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.
- BEZERRA, Eudes. **Grandes Navegações, a Era dos Descobrimentos. Incrível História**, 2017. Disponível em: <https://incrivelhistoria.com.br/grandes-navegacoes-era-dos-descobrimentos/>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV editora, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/327110202/BELLOTO-Heloisa-L-Arquivos-Permanentes-Cap-1-3-Pp-01-63>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica do documento de arquivo**. 2002. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.
- BITTENCOURT, Armando de Senna et al. **Introdução à História Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha: Diretoria de Ensino da Marinha, 2006. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/00000898.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 351, de 20 de abril de 1844**. Manda pôr em execução o Plano para a reforma da Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387190/publicacao/15770793>. Acesso em: 8 maio 2022.
- BUGNI, Marcelo Adriano et al. **Análise do discurso da carta de Pero Vaz de Caminha**. 2018. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25526/Marcelo%20Adriano%20Bugni.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 maio 2022.
- CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. **Glossário**. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, p. 1-14. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 02 maio 2022.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Disponível em: <https://www.baixelivros.com.br/literatura-estrangeira/os-lusiadas>. Acesso em: 3 mar. 2022.

CONTIER, A. O descobrimento do Brasil através dos textos: edições críticas e comentadas. **Revista de História**, [S. l.], v. 33, n. 67, p. 209-214, 1966. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1966.124672. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/124672/121197>. Acesso em: 6 mar. 2022.

CORRÊA, Fernando Gabriel; DA CUNHA MARQUES, Angelica Alves. Princípio da territorialidade: trajetórias e definições. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 26, n. 52, p. 05-29, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14108>. Acesso em: 7 maio 2022.

CORREA, Gaspar. **Lendas da Índia**: publicadas de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa. A quarta parte da cronica dos feytos que se passarão na India do ano de 1538 até o ano de 1550, em que residirão seis gouernadores; Typographia da Academia real das sciencias, 1864. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000248875&page=1>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CORTESÃO, Jaime. **A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil**. Aillaud e Bertrand editora, 1922. Disponível em: <https://ia802606.us.archive.org/13/items/expedipcdaode00cortrich/expedipcdaode00cortrich.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2022.

COSTA, Marcos. **O livro obscuro do descobrimento do Brasil**: Como magia, ciência, religião, intrigas e lutas pelo poder fizeram parte do projeto de conquista do Brasil. Leya, 2019. Disponível em: <https://toaz.info/doc-viewer>. Acesso em 10 fev. 2022.

DA CUNHA, Murilo Bastos; DE OLIVEIRA CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Briquet de Lemos Livros, 2008.xvi, 451 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso 20 mar. 2022.

DE ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro; MARTINS, Gracy Kelli; MOTA, Denyson Axel Ribeiro. **Organização e representação da informação e do conhecimento** intersecções teórico-sociais. CEP, v. 58, p. 970. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/355/577/3036-1?inline=1>. Acesso em: 31 mar. 2022.

DELMAS, Bruno. **Arquivo para Quê?** Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xn1ces0>. Acesso em: 29 abr. 2022.

DOMINGUES, Joelza Ester. Cabral depois do “descobrimento” do Brasil: a desastrosa expedição à Índia. In: **Ensinar História**, 218. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/cabral-depois-do-descobrimento-do-brasil-expedicao-a-india/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FARAS, João. **A carta de Mestre João Faras**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, p. 1-3. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000010.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.

FRADA, João José Cúcio. História, Medicina e Descobrimientos Portugueses. **Revista ICALP**, p. 1-12, 1989. Disponível em: http://bibliotecasicl.pt/Biblionet/Services/GetRepositoryFile.ashx?repository=105199_REPOSITORY-BDIGITAL&guid=09d4937c-9118-496d-9d02-0e8a5747232e. Acesso em 28 fev. 2022.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. **Relação do Piloto Anônimo (edição, estudo e notas)**. 2020. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/a-relacao-do-piloto-anonimo/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

GURGEL, Cristina BFM; LEWINSOHN, Rachel. A medicina nas caravelas - Século XVI. **Cadernos de História da Ciência**, v. 6, n. 2, p. 105-120, 2010. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/cadernos/article/view/35809/34185>. Acesso em 28 fev. 2022.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf. Acesso em 20 mar. 2022.

LE COADIC, Yes-François. **A ciência da informação** (MYFS de Filgueras Gomes). Brasília, DF: Briquet de lemos/Livros, 1996. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/07/a-cic3aancia-da-informac3a7c3a3o-le-coadic.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2022.

MARQUEZ, Renata Moreira. O mapa como relato. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 30, p. 41-64, abr. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/36082>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MEYRIAT, Jean et al. **Documento, documentação, documentologia**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 21, n. 3, p. 240-253, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480/18073>. Acesso em 13 abr. 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

OLIVEIRA, Tácito Theóphilo Gaspar de. A grande viagem Pedro Álvares Cabral - 1500. In: **Revista do Instituto Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**. Fortaleza, v. 114 p. 275-286, 2000. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2000/2000-GrandeViagem.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. L. G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7087>. Acesso em: 29 abr. 2022.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: 3 ed. FGV, 2006. Disponível em: https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/default_attachments/1538753495-ARQUIVO-TEORIA-E-PRATICA.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A história & história cultural**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 132p. (Coleção História &... Reflexões, 5). Disponível em: https://www.academia.edu/33252932/Historia_and_Historia_Cultural_Sandra_Jatahy_pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

PRET, Raquel Luise. O documento e a prova: ordenamento jurídico, validações diplomáticas e a arquivística. **Informação Arquivística**, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53840/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

RAMOS, Fábio Pestana. **Por mares nunca dantes navegados**. A aventura dos descobrimentos. Editora Contexto, 2008. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=7PAnBgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT90&dq=POR+MARES+NUNCA+DANTES+NAVEGADOS&ots=l44EW6wZlh&sig=wr3p7GJFXfV2eII0r61F_14mm3s#v=onepage&q=POR%20MARES%20NUNCA%20DANTES%20NAVEGADOS&f=false. Acesso em: 18 fev. 2022.

REITZ, Alessandra. O processo de formação do Arquivo da Marinha do Brasil como Instituição de Pesquisa Histórica e Militar (1907-1953). In: **Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. nº 6 (Dez. 2007). Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/273/262>. Acesso em: 5 maio. 2022.

ROCCO, Brenda Couto de Brito. **Digital records; Public administration; Record management**. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/711/1/rocco2013.pdf>. Acesso em 20 abr. 2022.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária.** 2011. 270f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4637308-Rosely-curi-rondinelli.html>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SÁ, Alzira Queiróz Gondim Tude de. **Rua Alagoinhas 33, Rio Vermelho: a casa de Jorge Amado: mediação fotográfica revela o lugar da intimidade.** Tese (Doutorado) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/c81sv10>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil.** Editora Companhia das Letras, 2017. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nx8ec1c>. Acesso em: 5 maio 2022.

SILVA, SILVA, Jefferson Higino da et al. (2020). **A representação da informação no contexto da arquivologia no Brasil.** Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18102>. Acesso em 20 mar. 2022.

VALENTE, José A. Vaz. **Duas páginas para El-Rei: a carta de Mestre João.** 1977. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/46603/1/Duas_paginas_para_el-rei.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

VIEIRA, Andresa Cristina Corga. **Por terras de Vera Cruz: os olhares do experienciado: Caminha, Mestre João e piloto anónimo.** Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares) – Universidade Aberta. Lisboa, p. 250. 2013. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3060/1/Por%20Terras%20de%20Vera%20Cruz%20%20Os%20Olhares%20do%20Experienciado%20Camin.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.